



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas Anual do Exercício de 2021



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – TJES apresenta seu Relatório de Gestão – RELGES, em cumprimento ao item 03 do Anexo 05 da Instrução Normativa nº 28, de 26 de Novembro de 2013 e ao item 2.6 do Anexo III da Instrução Normativa nº 68, de 08 de Dezembro de 2020, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Este relatório apresenta os principais resultados dos programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Estadual, na área administrativa, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

As informações disponibilizadas foram consolidadas pela Secretaria Geral, a partir dos dados enviados pelas unidades executoras.

Vitória, de março de 2022.

Desembargador Fabio Clem de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES



SUMÁRIO

1. Plano Plurianual de Aplicações	04
2. Planejamento e Gestão Orçamentária.....	06
3. Execução Orçamentária.....	08
4. Planejamento Estratégico.....	16
5. Revisão dos Dados Estatísticos Encaminhados ao CNJ.....	18
6. Ações Realizadas no Exercício de 2021.....	18
6.1 - Escola da Magistratura – EMES.....	18
6.2 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	27
6.3 - Assessoria de Segurança Institucional.....	30
6.4 - Secretaria de Infraestrutura.....	31
6.5 - Secretaria Judiciária.....	44
6.6 - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.....	50
6.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas.....	55
6.8 - Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.....	61
6.9 - Secretaria de Tecnologia da Informação.....	64
7. Processos – casos novos, sentenças e baixas.....	68
8. Gestão de Precatórios no Exercício de 2021.....	69
9. Considerações Finais.....	71



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

1. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÕES

No seu segundo ano de vigência, o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023 apresentou os seguintes resultados:

Programa: Justiça Acessível com Solução de Demandas Efetiva, Adequada e em Tempo Razoável”.

Objetivo: “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”.

Público Alvo: Indivíduos e Organizações da Sociedade que buscam a tutela jurisdicional.

Situação: os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para gestão de pessoas e execução de projetos/funcionamento dos processos de trabalho (custeio e investimento) contribuíram para o atingimento das metas de resultado inicialmente planejadas no PPA, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia do Coronavírus.

Unidades Orçamentárias: TJES e FUNEPJ

TJES

Previsão Financeira 2021 (final) – **unidade TJES** : R\$ 1.203.717.474,00

Resultado Financeiro 2021 – **unidade TJES**: R\$ 987.943.360,18 (empenhado) / R\$ 968.357.384,72 (liquidado)

Execução 2021: 82,07% (empenhado) / 80,45% (liquidado)

FUNEPJ

Previsão Financeira 2021 (final) – **unidade FUNEPJ**: R\$ 124.153.915,00

Resultado Financeiro 2021 – **unidade FUNEPJ**: R\$ 104.132.473,29 (empenhado) / R\$ 88.514.687,75 (liquidado)

Execução 2021: 83,87% (empenhado) / 71,29% (liquidado)

Ações:

1 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar remuneração do pessoal ativo da Instituição, bem como a contribuição do Estado para o custeio dos regimes de previdência próprio e complementar.

Tipo: atividade

Produto: pessoal remunerado

Previsão Físico 2021: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2021: 3.554 (unidade)

Execução 2021: 97,69%

Previsão Financeira 2021 (final): R\$ 846.470.385,00

Resultado Financeiro 2021: R\$ 824.081.046,95 (empenhado) / R\$ 822.889.104,04 (liquidado)

Execução 2021: 97,35% (empenhado) / 97,21% (liquidado)



Situação: ação sendo desenvolvida conforme planejamento inicial.

Planos Orçamentários:

Folha de Magistrados

Folhas Servidores – Regime Geral

Folha Servidores – Regime Próprio

2 – Valorização e Desenvolvimento de Pessoas (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: oferecer a magistrados e servidores as vantagens pecuniárias legalmente previstas e outros benefícios sociais e de saúde, além de propiciar os meios para a contratação de estagiários e para a substituição de mão de obra da Instituição.

Tipo: atividade

Produto: servidor beneficiado

Previsão Físico 2021: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2021: 5.723 (unidade)

Execução 2021: 157,31%

Previsão Financeira 2021 (final): R\$ 166.691.039,00

Resultado Financeiro 2021: R\$ 163.862.313,23 (empenhado) / R\$ 145.468.280,68 (liquidado)

Execução 2021: 98,30% (empenhado) / 87,27% (liquidado)

Situação: ação sendo desenvolvida conforme planejamento. Resultados físicos (pessoal beneficiado) atualizados com a inclusão do número de estagiários e de juizes leigos (dados liquidados).

Planos orçamentários:

Capacitação e Treinamento (EMES, Engenharia e Tecnologia da Informação)

Juizados Cíveis e Criminais (juiz leigo)

Gestão de Pessoas (auxílio transporte e seguros)

Estagiários

Folha de Magistrados (auxílios)

Folha Servidores – Regime Geral (auxílios)

Folha Servidores – Regime Próprio (auxílios)

Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES

Tecnologia da Informação (aquisição computadores)

Não Definido

3 – Contribuição Previdenciária Complementar (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: cumprir obrigações estabelecidas no parágrafo primeiro, artigo 40, da Lei Complementar nº 282, de 22/04/2004.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2021: 0

Resultado Físico 2021: 0

Execução 2021: 0%

Previsão Financeira 2021 (final): R\$ 190.556.050,00

Resultado Financeiro 2021: R\$ 0,00 (orçamentário)

Execução 2021: 0,00% (orçamentário)

Situação: ação desenvolvida em cumprimento ao art. 40, § 1º, Lei Complementar nº 282/2004, de forma extraorçamentária (R\$ 202.742.937,14 – ano 2021)

Plano Orçamentário: Não definido



4 – Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária FUNEPJ)

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.

Tipo: atividade

Produto: processo baixado

Previsão Físico 2021: 556.505

Resultado Físico 2021: 259.488

Execução: 46,63%

Previsão Financeira 2021 (final): R\$ 124.153.915,00

Resultado Financeiro 2021: R\$ 104.132.473,29 (empenhado) / R\$ 88.514.687,75 (liquidado)

Execução 2021: 83,87% (empenhado) / 71,29% (liquidado)

Situação: Ação sendo desenvolvida conforme planejamento inicial. Resultados físicos (processo baixado) divergentes do planejado em face da real queda de produtividade no judiciário estadual.

Planos orçamentários:

Comunicação

Deslocamento Magistrados (inclusive jurisdição estendida), Servidores e Policiais Militares à Disposição Engenharia

Eventos Institucionais

Financeiro (apoio às atividades administrativas)

Gestão de Pessoas

Gestão Documental

Infraestrutura

Juizados Infância e Juventude

Secretaria Geral (apoio às atividades administrativas)

Segurança Institucional

Tecnologia da Informação

Não Definido

Os resultados físicos e financeiros do ano de 2021 estão disponibilizados na página da internet do Tribunal de Justiça, no link “Portal Transparência/Informações Orçamentárias.”

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Como tradição, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo estruturou seu planejamento orçamentário e financeiro baseado nas metas e intenções de despesa apresentadas pelas áreas estruturantes do Poder (revisionadas pela Secretaria Geral), bem como nas demandas individuais de magistrados e servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, estas apresentadas em espaço específico na internet (página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo), tudo em consonância com o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023.

Consolidada pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica e aprovada pelo e. Tribunal Pleno, a proposta orçamentária para o ano de 2021, órgão Poder Judiciário, permaneceu dividida em duas unidades orçamentárias: a primeira delas de fonte do tesouro estadual (unidade Tribunal de Justiça – TJ) e a segunda de fonte própria de arrecadação (Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ). Ambas as unidades mais uma vez limitadas, em termos de despesa, às



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

estimativas de receita: na unidade Tribunal de Justiça, o teto apresentado pelo Poder Executivo em face da previsão de arrecadação anual do Estado; na unidade Fundo Especial, a estimativa de arrecadação direta do próprio Poder Judiciário para o ano.

À unidade Tribunal de Justiça foram direcionadas as despesas com pessoal (incluídas obrigações patronais e contribuições previdenciárias complementares) e seus benefícios, capacitação, indenização de transporte dos analistas judiciários avaliadores/oficiais de justiça, estagiários e juiz leigo. No decorrer do exercício foram adicionados recursos da fonte ordinária do Poder Executivo para aquisição específica e pontual de computadores.

À unidade Fundo Especial do Poder Judiciário restou subsidiar todas as demais despesas correntes e de capital da Instituição.

Abaixo, o orçamento inicialmente aprovado, os créditos adicionais no decorrer do exercício (suplementações) e o orçamento autorizado final:

ORÇAMENTO ORIGINÁRIO	VALOR
Unidade Tribunal de Justiça	R\$ 1.112.520.754,00
Unidade Fundo Especial	R\$ 116.653.915,00
Total	R\$ 1.229.174.669,00

CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR
Unidade Tribunal de Justiça	R\$ 91.196.720,00
Unidade Fundo Especial	R\$ 7.500.000,00
Total	R\$ 98.696.720,00

ORÇAMENTO FINAL (ATUALIZADO)	VALOR
Unidade Tribunal de Justiça	R\$ 1.203.717.474,00
Unidade Fundo Especial	R\$ 124.153.915,00
Total	R\$ 1.327.871.389,00

A suplementação ao Fundo Especial (Decreto nº 1213-S, de 10/06/2021, no valor de R\$ 7.500.000,00) se realizou exclusivamente via superávit financeiro do exercício anterior da própria unidade (FUNEPJ), e visou complementar as necessidades extras orçamento apontadas durante o exercício pelas áreas administrativas.

As suplementações orçamentárias à unidade Tribunal de Justiça objetivaram:

Decreto 1007-S, de 17/05/2021, no valor de R\$ 16.383.795,00 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do Poder Executivo (recursos ordinários), visando a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, mais especificamente computadores, conforme indicado como necessidade pelo Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Decreto 1273-S, de 16/06/2021, no valor de R\$ 37.406.500,00 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do próprio Tribunal de Justiça (recursos ordinários do PJ), visando o pagamento de débitos reconhecidos para com magistrados e servidores.

Decreto 2025-S, de 20/09/2021, no valor de R\$ 37.406.425,00 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do próprio Tribunal de Justiça (recursos ordinários do PJ), também visando o pagamento de débitos reconhecidos para com magistrados e servidores.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. UNIDADE TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Fonte Tesouro)

3.1.1. DESPESA

POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.037.026.435,00	R\$ 824.081.046,95	79,47%
Outras Despesas Correntes	R\$ 150.307.244,00	R\$ 147.480.673,23	98,12%
Despesas de Capital	R\$ 16.383.795,00	R\$ 16.381.640,00	99,99%
TOTAL	R\$ 1.203.717.474,00	R\$ 987.943.360,18	82,07%

Notas:

Em “Outras Despesas Correntes” estão incluídos, entre outros, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio creche, auxílio moradia, vale transporte, ajuda de custo, jetons, despesas com capacitação, indenização de transporte oficiais de justiça, estagiários e juízes leigos.

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Capacitação e Treinamento (abrangendo todas as áreas)	R\$ 1.492.216,22	R\$ 299.079,71	20,04%
Juizados Cíveis e Criminais (Juiz Leigo)	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.204.798,34	95,86%
Folha Magistrados (Pessoal)	R\$ 250.408.888,72	R\$ 247.244.893,43	98,74%
Folha Magistrados (Custeio)	R\$ 14.896.764,87	R\$ 14.567.357,27	97,79%
Folha Servidores – Regime Geral (Pessoal)	R\$ 65.505.581,07	R\$ 64.134.279,75	97,91%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Folha Servidores – Regime Geral (Custeio)	R\$ 12.489.279,42	R\$ 12.432.291,68	99,54%
Folha Servidores – Regime Próprio (Pessoal)	R\$ 529.788.389,45	R\$ 512.690.558,97	96,77%
Folha Servidores – Regime Próprio (Custeio)	R\$ 98.854.254,50	R\$ 98.348.274,89	99,49%
Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar	R\$ 190.556.050,00	R\$ 0,00	0,00%
Estagiários	R\$ 20.468.606,43	R\$ 19.301.639,84	94,30%
Auxílio Transporte	R\$ 171.331,60	R\$ 5.977,70	3,49%
Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 400.000,00	R\$ 330.251,88	82,56%
Aquisição de Equipamentos e Bens Permanentes (Computadores)	R\$ 16.381.640,00	R\$ 16.381.640,00	100%
Não Definido - Geral	R\$ 2.155,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 1.203.717.474,00	R\$ 987.943.360,18	82,07%

Destacamos que o plano orçamentário “Não Definido - Contribuição Previdenciária Complementar” não apresenta execução de empenho em face do movimento da despesa se consolidar de forma extraorçamentária. Considerando que a referida contribuição complementar atingiu o montante anual de despesa extraorçamentária de R\$ 202.742.937,14, e que destes, R\$ 190.556.050,00 estavam consignados no orçamento aprovado, a execução orçamentária da unidade Tribunal de Justiça, para fins de resultado fidedigno, **resultaria em 97,90%**.

Fundamental ainda ressaltar que do total efetivo de despesa orçamentariamente empenhada (**R\$ 987.943.360,18**), parte encerrou o exercício financeiro registrado em **Restos a Pagar Não Processados/Não Liquidados**, dependente, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2022:

- R\$ 1.150.000,00 – referentes a plantões/horas extraordinárias (despesas de pessoal);
- R\$ 34.246,93 – referentes a ressarcimento de pessoal requisitado (despesas de pessoal);
- R\$ 7.695,98 – referentes a parcela patronal de pessoal requisitado (despesas de pessoal);
- R\$ 35.840,00 – referentes a despesas com hospedagens (outras despesas correntes);
- R\$ 188.899,00 – referentes a despesas com juiz leigo (outras despesas correntes);
- R\$ 4.013,49 – referentes a despesas com seguros (outras despesas correntes);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

R\$ 33.640,06 – referentes a despesas com treinamento de TI (outras despesas correntes);

R\$ 1.750.000,00 – referentes a indenização de transporte Analistas Judiciários Avaliadores/Oficiais de Justiça (outras despesas correntes)

R\$ 16.381.640,00 – referentes a aquisição de computadores (despesas de capital).

TOTAL: R\$ 19.585.975,46

3.2. UNIDADE FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO (Fonte Própria)

3.2.1. RECEITA

A Previsão inicial de arrecadação da unidade FUNEPJ, que deu subsídio e contrapartida à despesa originalmente proposta e consolidada em orçamento, foi de R\$ 116.653.915,00, mais uma vez já considerada a continuidade das perdas ocorridas nos exercícios pretéritos. Abaixo, a efetiva execução da arrecadação, ano 2021:

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	REALIZADO	DIFERENÇA
Receita Tributária	1 - Taxa de Fiscalização Atos Serviços Notariais 2 - Custas e Emolumentos	R\$ 91.723.954,00	R\$ 101.761.577,79	R\$ 10.037.623,79
Receita Patrimonial	1 - Aluguéis, 2 - Aplicação Financeira 3- Permissões e Usos de Bens Públicos	R\$ 3.262.255,00	R\$ 4.446.918,66	R\$ 1.184.663,66
Receita de Serviços	1 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos,... 2 - Selo de Fiscalização 3 – Outros Serviços Administrativos	R\$ 1.103.074,00	R\$ 995.217,73	- R\$ 107.856,27
Outras Receitas Correntes	1 - Multas e Juros Contratuais 2 - Outras Multas 3 – Outras Recuperações de Despesas de Exercícios Anteriores 4 – Receita de Dívida Ativa Não Tributária 5 - Superávit	R\$ 20.564.632,00	R\$ 31.854.717,49	R\$ 11.290.085,49



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	Extrajudicial 6 – Depósitos Judiciais 7 - Outras Receitas			
Receitas de Capital	1 – Alienação de Bens Móveis	R\$ 0,00	R\$ 145.415,00	145.415,00
TOTAL		R\$ 116.653.915,00	R\$ 139.203.846,67	R\$ 22.549.931,67

A diferença na arrecadação, positiva, pode ser explicada pela estimativa mais reservada ou contida para a receita de 2021, em face dos resultados do ano anterior (2020 somou uma arrecadação de apenas R\$ 86.330.720,90) e pelas incertezas ainda presentes quando dos trabalhos de projeção, já que ainda presentes as inseguranças trazidas pela pandemia COVID-19. Somaram quase na totalidade o resultado anual positivo:

1. Taxa de Fiscalização Atos Serviços Notariais e Registros Públicos (receita tributária) – arrecadação maior em R\$ 9.171.594,35, resultante de uma maior demanda pelos serviços notariais e de registro, especialmente após período da primeira fase da pandemia COVID-19;
2. Custas e Emolumentos (receita tributária) – arrecadação maior em R\$ 866.029,44, fruto da retomada de certa normalidade no binômio demanda x prestação de serviços, após período da primeira fase da pandemia COVID-19;
3. Rendimentos de Recursos de Outras Fontes/Aplicação Financeira (receita patrimonial) – arrecadação maior em R\$ 1.266.279,61, resultante de um maior volume de recursos aplicados (mais recursos em caixa/banco no FUNEPJ) e do crescimento da SELIC, taxa que remunera os depósitos bancários;
4. Convênio TJES x BANESTES – Sistema de Gerenciamento de Depósitos Judiciais (outras receita correntes)- arrecadação maior em R\$ 3.493.401,35, resultante também do aumento da SELIC, taxa que remunera os depósitos bancários, assim como do volume de depósitos;
5. Outras Multas (outras receitas correntes) – arrecadação maior em R\$ 228.409,71. Variação sazonal;
6. Dívida Ativa Não Tributária (outras receitas correntes) – arrecadação maior em R\$ 215.718,44;
7. Superávit Extrajudicial (outras receitas correntes) – arrecadação maior em R\$ 7.004.302,28, resultante da maior transferência de recursos das serventias não oficializadas, fruto especialmente da atuação da Corregedoria Geral da Justiça;
8. Outras Receitas (outras receitas correntes) – arrecadação maior em R\$ 291.333,30.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A execução da despesa ocorreu nos seguintes montantes e percentuais:

3.2.2. DESPESA

POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Outras Despesas Correntes	R\$ 114.854.039,00	R\$ 102.588.656,53	89,32%
Despesas de Capital	R\$ 9.299.876,00	R\$ 1.543.816,76	16,60%
TOTAL	R\$ 124.153.915,00	R\$ 104.132.473,29	83,87%

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Comunicação	R\$ 381.700,00	R\$ 90.000,00	23,58%
Deslocamento Magistrados	R\$ 732.806,37	R\$ 405.645,39	55,36%
Deslocamento Servidores	R\$ 402.405,63	R\$ 139.892,57	34,76%
Deslocamento Policiais à Disposição	R\$ 30.000,00	R\$ 6.384,00	21,28%
Engenharia – gestão predial e manutenção de equipamentos	R\$ 10.070.585,50	R\$ 8.133.604,22	80,77%
Engenharia – projeto, aquisição, construção e reforma de imóveis	R\$ 6.091.097,00	R\$ 277.968,58	4,56%
Engenharia – locação de imóveis	R\$ 9.830.158,28	R\$ 9.543.594,87	97,08%
Eventos Institucionais	R\$ 100.000,00	R\$ 9.188,00	9,19%
Financeiro – apoio as atividades administrativas	R\$ 1.170.260,16	R\$ 585.794,37	50,06%
Gestão de Pessoas	R\$ 242.750,00	R\$ 0,00	0,00%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Gestão Documental	R\$ 1.507.104,00	R\$ 789.822,93	52,41%
Juizado Infância e Juventude	R\$ 224.583,00	R\$ 0,00	0,00%
Infraestrutura – aquisição de material de consumo	R\$ 5.772.837,71	R\$ 4.283.034,83	74,19%
Infraestrutura – aquisição e manutenção de bens permanentes	R\$ 1.126.443,10	R\$ 679.632,56	60,33%
Infraestrutura – serviços prestados por terceiros	R\$ 46.376.482,97	R\$ 44.398.074,68	95,73%
Infraestrutura – tributos e multas	R\$ 5.000,00	R\$ 2.000,00	40,00%
Segurança Institucional	R\$ 22.665.988,38	R\$ 22.268.153,65	98,24%
Tecnologia da Informação – manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI	R\$ 14.666.726,05	R\$ 11.797.876,24	80,44%
Tecnologia da Informação – soluções em TI	R\$ 1.216.211,85	R\$ 686.065,40	56,41%
Secretaria Geral – Apoio às Atividades Administrativas	R\$ 170.775,00	R\$ 27.741,00	16,24%
Não Definido	R\$ 1.370.000,00	R\$ 8.000,00	0,58%
TOTAL	R\$ 124.153.915,00	R\$ 104.132.473,29	83,87%

Notas:

- i) No plano orçamentário “Deslocamento de Magistrados” estão incluídas diárias, inclusive jurisdição estendida e passagens.
- ii) No plano orçamentário “Deslocamento de Servidores” estão incluídas diárias e passagens.
- iii) No plano orçamentário “Deslocamento de Policiais à Disposição” estão incluídas diárias.
- iv) No plano orçamentário “Não Definido”, de execução (empenho) 0,58%, ficaram disponíveis, sem utilização, os saldos não utilizados do decreto de suplementação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Do total empenhado (R\$ 104.132.473,29), foram inscritos em **restos a pagar** ao final do exercício (despesa dependente, portanto, de real realização no decorrer do ano de 2022), **R\$ 15.739.575,38**, na seguinte divisão:

RESTOS A PAGAR - POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Outras Despesas Correntes	R\$ 121.789,84	R\$ 14.826.032,71	R\$ 14.928.605,29
Despesas de Capital	R\$ 19.217,26	R\$ 791.752,83	R\$ 810.970,09
Total	R\$ 121.789,84	R\$ 15.617.785,54	R\$ 15.739.575,38
% Total Empenhado	0,12%	15,00%	15,11%

RESTOS A PAGAR - POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% SOBRE TOTAL EMPENHADO
Comunicação	R\$ 0,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	8,33%
Deslocamento Magistrados	R\$ 1.252,99	R\$ 0,00	R\$ 1.252,99	0,38%
Deslocamento Servidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Deslocamento Policiais à Disposição	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Engenharia – gestão predial e manutenção de equipamentos	R\$ 3.852,04	R\$ 1.953.698,65	R\$ 1.957.550,69	24,07%
Engenharia – projeto, aquisição, construção e reforma de imóveis	R\$ 10.448,63	R\$ 180.495,66	R\$ 190.944,29	68,69%
Engenharia –	R\$ 0,00	R\$ 835.441,01	R\$ 835.441,01	8,75%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Locação de Imóveis				
Eventos Institucionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Financeiro –apoio as atividades administrativas	R\$ 0,00	R\$ 24.954,65	R\$ 24.954,65	4,26%
Gestão de Pessoas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Gestão Documental	R\$ 2.195,59	R\$ 246.918,00	R\$ 249.113,59	31,54%
Infraestrutura – aquisição de material de consumo	R\$ 16.740,32	R\$ 582.219,26	R\$ 598.959,58	13,98%
Infraestrutura – aquisição e manutenção de bens permanentes	R\$ 8.768,63	R\$ 304.296,64	R\$ 313.065,27	46,06%
Infraestrutura – serviços prestados por terceiros	R\$ 77.894,01	R\$ 5.967.261,56	R\$ 6.045.155,57	13,62%
Infraestrutura – tributos e multas	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	100%
Juizados Infância e Juventude	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Segurança Institucional	R\$ 145,76	R\$ 2.117.716,29	R\$ 2.117.862,05	9,51%
Tecnologia da Informação – manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI	R\$ 491,87	R\$ 3.320.590,82	R\$ 3.321.082,69	28,15%
Tecnologia da Informação – soluções em tecnologia da informação	R\$ 0,00	R\$ 74.693,00	R\$ 74.693,00	10,89%
Secretaria Geral – Apoio às Atividades Administrativas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Não Definido	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%



TOTAL	R\$ 121.789,84	R\$ 15.617.785,54	R\$ 15.739.575,38	15,11%
--------------	-----------------------	--------------------------	--------------------------	---------------

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ano de 2021 inaugurou um novo ciclo do Planejamento Estratégico. Em 29 de junho de 2021 foi editada, pelo Conselho Nacional de Justiça, a Resolução CNJ N.325 e que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, aplicável aos tribunais.

De acordo com a nova diretriz, restou estabelecida a necessidade do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo elaborar o seu Plano Estratégico de forma que o mesmo estivesse alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e, ainda, que fossem observados os conteúdos temáticos dos Macrodesafios e as diretrizes Estratégicas Nacionais do Poder Judiciário.

Neste sentido foram iniciados os trabalhos de elaboração do Novo Planejamento Estratégico do PJES 2021-2026, oportunidade em que foi realizada uma Consulta Pública, objetivando pautar os temas mais importantes para a constituição dos objetivos e iniciativas estratégicas.

A participação de magistrados e servidores nas discussões do Planejamento Estratégico culminou com a elaboração dos estudos que, submetidos à apreciação do Egrégio Tribunal Pleno resultaram na Resolução TJES n.12 de 01 de julho de 2022 que aprovou o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, período para o sexênio 2021- 2026, aplicável a todas as unidades deste Poder.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo 2021-2026 estabelece a correlação necessária entre os Macrodesafios fixados pelo Conselho Nacional de Justiça e os Objetivos Estratégicos definidos internamente. Neste sentido é apresentado o quadro a seguir:

MACRODESAFIOS CNJ	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
S.01 - Garantia Dos Direitos Fundamentais.	S.01.01 - Aperfeiçoar E Incrementar As Possibilidades De Acesso À Justiça. S.01.02 - Promover A Acessibilidade
S.02 - Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.	S.02.01 - Incentivar Programas Permanentes De Cidadania S.02.02 - Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.
PI. 03 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	PI. 03.01 – Garantir Efetividade Na Prestação Jurisdicional
PI. 04 - Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	PI. 04.01 – Combater A Corrupção e a Improbidade Administrativa
PI. 05- Prevenção de litígios e adoção de	PI. 05.01 - Estruturar O Sistema De Meios



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

soluções consensuais para os conflitos	Alternativos De Solução De Conflitos
PI. 06 - Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios	PI. 06.01 - Consolidar o Sistema de Precedentes Obrigatórios
PI. 07 - Promoção da Sustentabilidade	PI. 07.01 – Promover a Sustentabilidade
AC. 08 - Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.	AC. 08.01 – Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal
AC. 09 - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária.	AC. 09.01 – Fortalecer a Governança Institucional AC. 09.02 - Dispor de Infraestrutura que Satisfaça As Exigências Operacionais
AC. 10 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores
MACRODESAFIOS CNJ	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
AC.11 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	AC. 11.01 – Garantir a Aplicação dos Recursos Orçamentários e Financeiros na Execução da Estratégia
AC.12 - Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de Proteção de dados.	AC. 12.01 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC
	AC. 12.02 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
	AC. 12.03 - Aprimorar as Aquisições e Contratações de TIC
	AC. 12.04 - Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário
	AC. 12.05 - Promover a Transformação Digital
	AC. 12.06 - Buscar a Inovação de Forma Colaborativa Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
	AC. 12.07 - Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores

Fonte: Resolução TJES N.12/2021

Após a aprovação do Planejamento Estratégico, foram iniciadas as tratativas para a sua efetiva implantação, culminando com a elaboração, especialmente por parte da área administrativa dos Planos de Ação. Essa atividade foi realizada mediante a orientação de que fossem pensadas as ações que se revestissem da capacidade de atender as iniciativas estratégicas elencadas na Resolução TJES n. 12/2021.

No ano de 2022 o Poder Judiciário Estadual contará com uma ferramenta tecnológica de acompanhamento do Planejamento Estratégico disponibilizada em nuvem mediante contrato firmado com a empresa INTERACT-Solutions. Essa disponibilidade permitirá monitorar as ações e projetos levados a termo em cada uma das unidades a fim de aferir o cumprimento da estratégia.



5. REVISÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS ENCAMINHADOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No exercício da coordenação do Núcleo de Processamento de Estatística, estabelecida pelo Ato Normativo 134/2016, a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica realiza atividades relacionadas com a revisão dos dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça e referentes ao primeiro e segundo graus de jurisdição.

Com a instituição, pelo Conselho Nacional de Justiça, do DATAJUD vem sendo adotadas providências conjuntas para atualização sistemática das Tabelas Processuais Unificadas – TPU, conforme editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, assim como a revisão dos dados constantes no Módulo de Produtividade Mensal e no Relatório Justiça em Números.

6. AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

6.1 ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes) foi criada pela Resolução TJES nº 04/1985 (DJ de 22.06.85) e ratificada pela Resolução TJES nº 276/1986.

Inicialmente, a Emes funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo (Amages); contudo, no momento, a Escola da Magistratura é subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), conforme estabelecido na Lei nº 566/2010, que dispõe sobre a Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa da Justiça estadual.

A Emes, responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento de magistrados/as e servidores/as para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), está situada no 1º andar do prédio da Corregedoria Geral da Justiça do Estado Espírito Santo (CGJ-ES), na avenida João Batista Parra, nº 320, Enseada do Suá, Vitória (ES), CEP 29050- 375.

Suas ações são divulgadas eletronicamente por meio de endereço vinculado ao portal do TJES: tjes.jus.br/emes.

Como cada vez mais se potencializam as demandas surgidas para o Poder Judiciário, as escolas judiciais alcançam importância estratégica dentro dos tribunais de todo o Brasil, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma prestação judicial mais célere, efetiva e cidadã.

A Emes tem atuado de forma incisiva para o cumprimento de suas atribuições institucionais: os cursos e eventos promovidos pela escola são planejados levando sempre em consideração a especificidade do trabalho desenvolvido por todo o quadro profissional de integrantes do Poder Judiciário estadual.

Portanto, a atuação da escola condiz com o que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988 (art. 39, § 2º: “A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”).

Da mesma forma, a escola também atende ao disposto na Emenda Constitucional nº 45/2004, notadamente no que se refere à oferta de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção voltados, especificamente, para magistrados/as.

Atuando tanto na 1ª Instância (comarcas) quanto na 2ª Instância (TJES), a jurisdição da Emes ocorre em todo o estado do Espírito Santo, tendo em vista que os diversos cursos e eventos promovidos pela escola atende a magistrados/as e servidores/as de todas as unidades judiciárias do PJES, inclusive as mais remotas.

Correspondendo a seu propósito regulamentar, a escola promove ações formativas em diversas modalidades:

Cursos de Formação Inicial — Direcionados a magistrados/as e servidores/as, atendendo a ingressantes no órgão, com finalidade de propiciar o conhecimento da estrutura da Justiça estadual, das especificidades do serviço público, da conduta funcional e da integração ao ambiente institucional;

Cursos de Aperfeiçoamento e Formação Continuada — Promovem o constante aprimoramento, atualização e desenvolvimento humano e profissional de integrantes do Poder Judiciário de todo o estado, sendo ofertados a partir do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) efetuado periodicamente ou, excepcionalmente, a partir de demandas específicas advindas dos distintos setores da Justiça estadual.

Cursos de Vitaliciamento — Têm por escopo preparar magistrados/as para se tornarem vitalícios/as na carreira.

Eventos (palestras, seminários, colóquios, workshops, etc.) — Objetivam seja discutir temas específicos seja propor reflexões amplas envolvendo o Poder Judiciário, em diálogo com assuntos prementes na sociedade atual.

Pós-Graduação Lato Sensu — Credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-ES).

É importante destacar que os cursos e eventos de formação e aperfeiçoamento direcionados a magistrados/as são realizados sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já os cursos e eventos de semelhante natureza disponibilizados a servidores/as são realizados com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para a viabilização de muitas das iniciativas destacadas, a Emes estabelece parcerias com outros órgãos, dentro de uma política de intercâmbio e de cooperação mútua, com exclusivo caráter didático-científico e cultural, materializando interesses comuns das instituições envolvidas.

Também vale ressaltar que a Emes tem ofertado cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), em ambiente de aprendizagem próprio; a EaD tem permitido a expansão das ações escola no tocante à formação continuada de magistrados/as e servidores/as.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Acentuadamente no ano de 2021, os recursos digitais foram responsáveis pela infraestrutura de grande parte das ações promovidas, em face da pandemia que se instalou, impossibilitando atividades formativas presenciais.

6.1.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2021

Em 2021, a Emes realizou 82 ações, totalizando 484,5 horas-aula ofertadas com 528 participações de magistrados/as, 4136 participações de servidores/as e 171 participações de público externo — em suma 4.835 participações efetivas em cursos e eventos ao longo do ano.

O sucesso no alcance e na ampliação da oferta de vagas nas ações coordenadas pela Emes, o que permitiu a participação simultânea de magistrados/as e servidores de todo o estado, é fruto do planejamento prévio e da inovação nas atividades deste ano, que foram realizadas quase que integralmente na modalidade remota, por videoconferência e ao vivo, com o suporte complementar da plataforma de educação a distância Moodle.

Dentre as atividades remotas, vale ressaltar as capacitações no Sistema Judicial Eletrônico (Pje), foram oferecidos, no total, 20 cursos somente no ano em destaque, somando 192 horas-aula, destinadas a integrantes de unidades judiciárias de todo o estado (magistrados/as capacitados/as: 86; servidores/as capacitados/as: 1548).

Do modo presencial, com o devido cumprimento das normas sanitárias e atendendo a todos os protocolos de segurança vigentes, a Emes realizou os eventos “Solenidade de Abertura da Pós-graduação Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal”, em 20 de setembro, com a presença do Excelentíssimo Ministro Rogério Schietti Machado Cruz, e o “Simpósio Resolução 270 do CNJ em debate: direito ao uso do nome social como conquista da cidadania”, no dia 23 de setembro, com as ilustres participações dos Excelentíssimos Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins (STJ) e a Juíza de Direito Adriana Ramos de Mello (TJRJ), ambos ocorreram no Salão Pleno do Tribunal de Justiça, com duração de 2 horas cada e com o público reduzido.

A seguir, a Emes apresenta o quadro com as ações realizadas em 2021:

CURSO/PALESTRA	INSTRUTOR	LOCAL	DATA	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES MAGISTRADOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES SERVIDORES	NÚMERO DE PARTICIPANTES VISITANTES
Capacitação no SEEU: biometria e documentação civil no Sistema Penitenciário	Leandro Silva Oliveira	Plataforma Zoom	22/01/2021	3	0	2	8
Relações jurídicas decorrentes da Avosidade	Cristiano Chaves de Farias	Plataforma Zoom	22/02/2021	3	13	49	0
Direito Homoafetivo e de Gênero	Maria Berenice Dias	Plataforma Zoom	02/03/2021	3	12	63	0
O Novo Sistema de Recuperação de Empresas	Daniel Carnio Costa	Plataforma Zoom	05/03/2021	2	14	50	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Contratos: atualidades, controvérsias e tendências	Gustavo Tepedino	Plataforma Zoom	12/03/2021	3	25	72	0
Processos Estruturais	Sérgio Cruz Arenhart	Plataforma Zoom	19/03/2021	3	16	41	0
Alterações na Legislação Penal Militar, impostas pela Lei 13.491/17	Cláudio Amin Miguel Debatedor: Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves	Plataforma Zoom	22/03/2021	3	7	34	54
Regime de Bens e Jurisprudência do STJ	Roberto Lima Figueiredo	Plataforma Zoom	26/03/2021	3	13	70	1
Introdução ao PJe - Varas Cíveis: Secretaria (Chefes de Secretaria, Analistas Judiciários/as, Técnicos/as Judiciários/as e Estagiários/as	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favarato Casoti, Márcia Valéria Orechio Pimentel e Rosângela Santos Cardoso	Plataforma Zoom	08/04/2021	5	3	151	0
Desjudicialização da atividade processual por meio de negócios processuais: análise jurídica e econômica	Júlio Guilherme Müller	Plataforma Zoom	09/04/2021	3	17	52	0
Atualização em Recuperação de Empresas e Falências	Daniel Carnio Costa	Plataforma Zoom	13, 15 e 16/04/2021	12	12	43	2
30 anos do Código de Defesa do Consumidor: avanços e retrocessos	Felipe Peixoto Braga Netto	Plataforma Zoom	23/04/2021	3	15	79	2
Implantação do Pje nas Varas Especializadas - Varas Cíveis: Modalidade B, Perfil Gabinete (Juizes/as Titulares, Juizes/as Substitutos/as e Assessores/as Judiciários de Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, Marataizes, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória)	Grécio Nogueira Grécio, Gustavo Henrique Procópio Silva e Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon	Plataforma Zoom	30/04/2021	6	32	86	0
Direitos Humanos e fraternidade: desafios e resgate	Ministro Reynaldo Soares da Fonseca	Plataforma Zoom	03/05/2021	2	12	33	1
Implantação do Pje nas Varas Especializadas - Varas Cíveis: Modalidade A, Perfil Secretaria (Chefes de Secretaria, Analistas Judiciários/as, Técnicos/as Judiciários/as e Estagiários/as de Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, Marataizes, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favarato Casoti, Márcia Valéria Orechio Pimentel, Mariah Bassini Frizzera e Rosângela Santos Cardoso	Plataforma Zoom	26 a 29/04 e 03/05/2021	25	0	146	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Aperfeiçoamento no SEEU - Modalidade A: Servidores/as, Estagiários/as e Colaboradores/as	Leandro Silva Oliveira	Plataforma Zoom	04/05/2021	4	0	49	0
Aperfeiçoamento no SEEU - Modalidade B: Magistrados/as e Assessores/as	Leandro Silva Oliveira	Plataforma Zoom	10/05/2021	4	1	10	2
Acessibilidade de Imóveis: do Planejamento à Fiscalização	Eduardo Ronchetti de Castro	Plataforma Zoom	04, 05, 11 e 12/05/2021	20	0	30	2
Cautelares de quebra de sigilo de dados: possibilidades e limites na investigação criminal	Octávio Celso Gondim Paulo Neto	Plataforma Zoom	14/05/2021	3	26	54	4
Aperfeiçoamento no SEEU - Modalidade A: Servidores/as, Estagiários/as e Colaboradores/as	Leandro Silva Oliveira (docente) e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim (Auxiliar)	Plataforma Zoom	01/06/2021	4	1	57	0
Introdução ao PJe - Varas Cíveis: Secretaria (Chefes de Secretaria, Analistas Judiciários/as, Técnicos/as Judiciários/as e Estagiários/as	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favarato Casoti, Márcia Valéria Orechio Pimentel e Rosângela Santos Cardoso	Plataforma Zoom	01/06/2021	5	1	183	0
Aperfeiçoamento no SEEU - Modalidade B: Magistrados/as e Assessores/as	Leandro Silva Oliveira	Plataforma Zoom	07/06/2021	4	1	11	0
Consultoria em Auditoria	Carlos Alberto Sampaio de Freitas	Plataforma Zoom	08, 09, 10 e 11/06/2021	16	0	8	4
Teoria Geral do Afeto	Cristiano Chaves de Farias	Plataforma Zoom	15/06/2021	3	17	52	0
Implantação do PJE nas Varas Especializadas - Fazenda, Juizado e Família: Modalidade A - Perfil Secretária (Chefes de Secretaria, Analistas Judiciários/as, Técnicos/as Judiciários/as e Estagiários/as de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataizes, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória)	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favarato Casoti, Márcia Valéria Orechio Pimentel, Mariah Bassini Frizzera e Rosângela Santos Cardoso	Plataforma Zoom	14/06 a 18/06/2021	25	0	187	0
Os limites do pacto antenupcial e do contrato de convivência	Luciano Lima Figueiredo Debatedor: Rodrigo Reis Mazzei	Plataforma Zoom	25/06/2021	3	8	56	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Implantação do Pje nas Varas Especializadas - Fazenda, Juizado e Família: Modalidade B, Perfil Gabinete (Juizes/as Titulares, Juizes/as Substitutos/as e Assesores/as Judicários de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataizes, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória)	Grécio Nogueira Grécio, Gustavo Henrique Procópio Silva e Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon	Plataforma Zoom	25/06/2021	6	39	111	0
Aperfeiçoamento no SEEU - Modalidade A: Servidores/as, Estagiários/as e Colaboradores/as	Leandro Silva Oliveira (docente) e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim (Auxiliar)	Plataforma Zoom	28/06/2021	4	0	29	0
Sucessão de Bens Digitais	Bruno Torquato Zampier Lacerda	Plataforma Zoom	30/06/2021	3	13	44	0
Responsabilidade Civil e Mobilidade: Transporte	Flávio Murilo Tartuce Silva	Plataforma Zoom	02/07/2021	3	10	49	0
Aperfeiçoamento no SEEU - Modalidade B: Magistrados/as e Assesores/as	Leandro Silva Oliveira	Plataforma Zoom	05/07/2021	4	3	16	0
Descomplicando o PJE 1º Grau - Curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	Plataforma Zoom	06/07 e 07/07/2021	6	1	31	0
Liderança Sistêmica e Gestão Integrada de Equipes	Henrique Dantas de Santana	Plataforma Zoom	17 e 18/06 e 08 e 09/07/2021	12	0	35	0
Introdução à Legislação do Depoimento Especial: visão crítica da teoria e da prática	Élio Braz Mendes	Plataforma Zoom	12/07 a 14/07/2021	12	7	110	17
Descomplicando o PJE 1º Grau - Curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo e Jeanni Will	Plataforma Zoom	27 e 28/07/2021	6	0	31	0
Linguagem Jurídica	Valdeciliana da Silva Ramos	Plataforma Zoom	15, 16, 22, 23 e 29/07/2021	20	3	59	0
Brasil e o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos	Flávia Cristina Piovesan	Plataforma Zoom	03/08/2021	1,5	8	56	0
Introdução ao PJe - Infância e Juventude, Orfãos e Sucessões, Auditoria Militar e Acidentes de Trabalho: Secretaria	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favarato Casoti, Márcia Valéria Orechio Pimentel, Mariah Bassini Frizzera e Rosângela Santos Cardoso	Plataforma Zoom	05/08/2021	5	0	81	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Implantação do PJe nas Varas Especializadas - Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões, Auditoria Militar e Acidentes de Trabalho: Perfil Gabinete	Grécio Nogueira Grégio, Gustavo Henrique Procópio Silva e Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon	Plataforma Zoom	06/08/2021	6	10	38	0
Workshop "Tarefas de Secretária de 1º Grau no PJe: Preparar Comunicação"	Juliana Carrareto Favaratto Casotti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	09/08/2021	3	0	55	0
Solenidade de Abertura da 18ª Semana "Justiça pela Paz em Casa": Judiciário e Ministério Público no enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Gabriela Prado Manssur e Maria Domitila Prado Manssur Domingos	Plataforma Zoom	16/08/2021	2	1	21	50
Implantação do PJe nas Varas Especializadas - Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões, Auditoria Militar e Acidentes de Trabalho: Modalidade A - Perfil Secretária (Chefes de Secretária, Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Estagiários das Comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataizes, Nova Venécia, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória).	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favaratto Casoti, Márcia Valéria Orechio Pimentel, Mariah Bassini Frizzera e Rosângela Santos Cardoso	Plataforma Zoom	16 a 20/08/2021	25	0	91	0
Elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas Contratações de Tecnologia da Informação e da Comunicação	André Luiz Furtado Pacheco	Plataforma Zoom	25, 26 e 27/08/2021	21	0	17	0
Quando se aplica e quando não se aplica o CDC: questões controvertidas e jurisprudência do STJ	Felipe Peixoto Braga Netto	Plataforma Zoom	03/09/2021	3	9	65	0
Descomplicando o PJE 1º Grau - Curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo e Jeanni Will	Plataforma Zoom	14 e 15/09/2021	6	0	24	0
Solenidade de Abertura da Pós-graduação Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal	Ministro Rogério Schiatti Machado Cruz e Des. Pedro Valls Feu Rosa	Salão Pleno do TJES	20/09/2021	2	6	13	5
Tarefas de Secretária de 1º Grau no PJe: Preparar Comunicação	Juliana Carrareto Favaratto Casotti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	22/09/2021	3	0	50	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Simpósio "Resolução 270 do CNJ em debate: direito ao uso do nome social como conquista da cidadania"	Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins (STJ), Juíza Adriana Ramos de Mello (TJRJ), Des. Fernando Zardini Antônio (TJES) e Des. Janete Vargas Simões	Salão Pleno do TJES	23/09/2021	2	9	9	19
Fluxo de remessas e recebimento de processos e recursos aos tribunais superiores	Juliana Carrareto Favaratto Casotti, Márcia Valéria Orechio Pimentel e Jeanni Will	Plataforma Zoom	29/09/2021	6	0	15	0
Processo Coletivo e coisa julgada: desafios	Edilson Vitorelli Debatedor: Hermes Zaneti Jr.	Plataforma Zoom	01/10/2021	3	11	50	0
Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares: aspectos gerais e nulidades	Débora Vasti da Silva do Bomfim Denys	Plataforma Zoom	27 e 28/09 e 04 e 05/10/2021	16	7	124	0
Medidas executivas atípicas	Daniel Amorim Assumpção Neves Debatedor: Marcelo Abelha Rodrigues	Plataforma Zoom	08/10/2021	3	26	63	0
Google Workspace Essentials - Módulo Mensageria - Turma 1	Empresa contratada	Google Meet	08/10/2021	1,5	1	36	0
Google Workspace Essentials - Módulo Mensageria - Turma 2	Empresa contratada	Google Meet	08/10/2021	1,5	1	51	0
Gestão Judicial para Diretores do Foro	Vânia Cardoso André de Moraes	Plataforma Zoom	15/10/2021	3	14	16	0
Google Workspace Essentials - Módulo Comunicação - Turma 1	Empresa contratada	Google Meet	15/10/2021	1,5	0	38	0
Google Workspace Essentials - Módulo Comunicação - Turma 2	Empresa contratada	Google Meet	15/10/2021	1,5	0	56	0
Cooperação Judiciária Nacional	Fredie Didier Jr.	Plataforma Zoom	21/10/2021	2	11	41	0
Google Workspace Essentials - Módulo Colaboração - Turma 1	Empresa contratada	Google Meet	22/10/2021	1,5	1	35	0
Google Workspace Essentials - Módulo Colaboração - Turma 2	Empresa contratada	Google Meet	22/10/2021	1,5	0	44	0
Descomplicando o PJE 1º Grau - Curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	Mimoso do Sul	22/10/2021	6	0	18	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Gestão por processo de trabalho com foco em resultados	Jeverson Luiz Quintieri	Plataforma Zoom	26 e 27/10/2021	8	12	36	0
Sistema de Governança das Contratações	Teresa Villac Pinheiro	Plataforma Zoom	28 e 29/10/2021	6	0	38	0
Lei Geral de Proteção de Dados e os Direitos do Consumidor	Cláudia Lima Marques	Plataforma Zoom	05/11/2021	2	22	85	0
Temas atuais de Direito dos Seguros	Bruno Nubens Barbosa Miragem	Plataforma Zoom	08/11/2021	3	8	32	0
Gestão Cartorária	Jeverson Luiz Quintieri	Plataforma Zoom	11 e 12/11/2021	7	10	68	0
Gestão de Pessoas	Maria Elisa Bastos Macieira	Plataforma Zoom	18 e 19/11/2021	7	12	54	0
PJe no TJES: Área Criminal - Introdução para Secretarias e Gabinetes	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	22/11/2021	6	0	93	0
Google Workspace Essentials - Módulo Mensageria - Turma 3	Empresa contratada	Google Meet	24/11/2021	1,5	0	14	0
Google Workspace Essentials - Módulo Mensageria - Turma 4	Empresa contratada	Google Meet	24/11/2021	1,5	0	12	0
PJe no TJES: Área Criminal - Vista Geral para Secretarias	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	23 a 26/11/2021	24	0	24	0
Liderança e Inovação	Nelson Ricardo de Moraes Nogueira	Plataforma Zoom	25 e 26/11/2021	6	8	37	0
PJe no TJES: Área Criminal - Vista Geral para Gabinetes	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	29/11/2021	6	0	64	0
Google Workspace Essentials - Módulo Comunicação - Turma 3	Empresa contratada	Google Meet	01/12/2021	1,5	0	13	0
Google Workspace Essentials - Módulo Comunicação - Turma 4	Empresa contratada	Google Meet	01/12/2021	1,5	0	14	0
Gestão de Gabinetes Judiciais	Orlando Luiz Zanon Jr.	Plataforma Zoom	01 e 02/12/2021	7	12	48	0
PJe no TJES: Área Criminal - Sessão para Secretarias	Jeanni Will, Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	02 e 03/12/2021	12	0	21	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Execução Penal	Guilherme de Souza Nucci	Plataforma Zoom	03/12/2021	2	7	120	0
Google Workspace Essentials - Módulo Colaboração - Turma 3	Empresa contratada	Google Meet	10/12/2021	1,5	0	14	0
Google Workspace Essentials - Módulo Colaboração - Turma 4	Empresa contratada	Google Meet	10/12/2021	1,5	0	9	0
PJe no TJES: Área Criminal - Sessão para Gabinetes	Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Márcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma Zoom	10/12/2021	6	0	50	0

6.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é setor vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e desenvolve uma política de comunicação conforme as diretrizes do Presidente e da Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

As atividades da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social são desenvolvidas por jornalistas profissionais que atuam na área da comunicação impressa, rádio e televisão, bem como por programador visual, fotógrafo, cinegrafista e editor de imagens.

As atribuições da unidade estão estabelecidas no artigo 22, da Resolução TJES nº 75/2011. E, o mais importante, é que a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social cumpre rigorosamente seus trabalhos, procurando sempre avançar no que há de novo na área em que atua dentro do Poder Judiciário.

6.2.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2021

O ano de 2021 foi mais um ano em que tivemos que conviver com a pandemia da Covid-19. A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES continuou prestando informações relevantes à população, por meio do site do TJES, e atendendo à imprensa e o público interno do Tribunal de Justiça durante todo o ano, inclusive durante o período que durou o plantão extraordinário estabelecido pelo Ato Normativo nº 64/2020, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, que previu a suspensão do trabalho presencial nas unidades do Poder Judiciário Estadual, como forma de prevenção ao contágio pelo novo COVID-19. A última fase do retorno às atividades presenciais, prevista nos Atos Normativos nº 36/2021 e 88/2020, se deu em maio/2021, quando foram retomados os prazos processuais e permitido o acesso de todos os jurisdicionados aos prédios da justiça estadual. No entanto, a maior parte dos atendimentos continuaram a ser realizados por telefone (ligações e mensagens de whatsapp) e por e-mail.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Assessoria de Imprensa	<p>Em 2021, foram atendidas 675 demandas de imprensa e publicados 605 textos jornalísticos no sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.</p> <p>As matérias, publicadas e encaminhadas por meio de um informe à imprensa, versam sobre decisões judiciais de Juízes e Desembargadores, ações e projetos institucionais desenvolvidos pelo Poder Judiciário Estadual, entre outros assuntos que sejam de interesse da administração.</p> <p>Os releases também são enviados para a Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde nossos textos, com reportagens institucionais, são publicados com frequência.</p> <p>Essas ações dão publicidade e visibilidade às decisões, ações e projetos do Poder Judiciário Estadual.</p>
Publicidade/Editoração	<p>Criação e desenvolvimento gráfico de campanhas, identidade visual, projetos gráficos, como cartilhas, relatórios, convites, entre outros.</p> <p>Também é de responsabilidade da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social a criação e desenvolvimento gráfico da identidade visual de todas as publicações e eventos organizados e realizados pelo Poder Judiciário Estadual.</p> <p>Podemos destacar como produtos desenvolvidos pela Assessoria em 2021: elaboração e atualização constante da lista de telefones e e-mails para atendimento; material para as semanas da Justiça pela Paz em Casa, para o Planejamento Estratégico 2021/2026; publicação dos Ementários Trimestrais de jurisprudência da vice-presidência do TJES; convite para a solenidade de pactuação do Programa Fazendo Justiça, Relatório da Presidência do TJES, da Emes e da Corregedoria Geral da Justiça (biênio 2020/2021); convites para eventos, slideshow da campanha se renda à infância (TJES/CNJ); material para a campanha Estude Com Seu Filho (Vara da Infância e da Juventude de Aracruz); Cartilha Tribunal Mais Acessível; convite para o lançamento do programa Fazendo Justiça em Cachoeiro de Itapemirim; material de divulgação do 1º seminário em socioeducação (TJES e Iases); Material Comemorativo dos 130 anos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo; Cartilha da Comvides, material comemorativo dos 15 anos da Lei Maria da Penha, material de divulgação do google workspace, Programa de Acessibilidade, adesivo para o ônibus rosa da Comvides; cartaz com informações de atendimento de Ibitirama; convite ampliação do Fórum de Ibitiba; divulgação das ações da Secretaria de Tecnologia da Informação, da COMVIDES e Justiça Restaurativa; artes para as redes sociais</p>
Comunicação Interna	<p>Informes referentes ao Judiciário e à carreira, que são imprescindíveis para magistrados, servidores e estagiários, são enviados por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado "Última Hora". Ao todo, em 2021, foram enviados 40 boletins.</p> <p>Por meio de listas de transmissão para desembargadores, juízes e servidores, que se mostraram muito eficientes, foram enviadas notas, informações técnicas, e notícias produzidas pelo setor.</p>
TV Justiça	<p>Em 2021, a TV Justiça ES produziu um total de 53 vídeos, entre eles, entrevistas, reportagens, coberturas de eventos, registros de palestras e campanhas institucionais. Um dos objetivos é a divulgação de projetos do Judiciário capixaba. Além da parceria com a TV Justiça do STF, por meio do qual, são enviadas imagens e entrevistas de notícias do judiciário local para</p>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	serem transmitidas no Jornal da Justiça, que possui amplitude nacional.
Podcast Just Talk	Em 2021, a Assessoria de Comunicação realizou a gravação de podcasts com magistrados, servidores e outros profissionais sobre temas de relevância para a população e para o público interno do TJES, como: Medidas de prevenção ao câncer de mama, novembro azul, lei do superendividamento, fibrose cística, setembro amarelo, setembro roxo, stalking, leitura para remição de pena, dia da memória do Poder Judiciário, cautela e interdição, violência doméstica, juízo 100% digital, entre outros. Ao todo foram produzidos 33 episódios, que foram ao ar por meio das plataformas Spotify e Anchor.
Redes Sociais	A Comunicação é responsável por alimentar e gerenciar todas as páginas do Poder Judiciário Estadual nas redes sociais. Durante o ano de 2021 foram feitas 487 postagens no Twitter, 716 postagens no Facebook e 745 postagens no Instagram (que atualmente conta com 15.800 seguidores), dando publicidade às decisões do Pjes, além de informar sobre temas de relevância institucional e social.
Campanhas	<p>Atualmente, no Estado, a maioria das famílias interessadas em adotar uma criança ainda prefere crianças com menos de 6 anos de idade.</p> <p>Diante dessa realidade, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/ES), criou a campanha Esperando Por Você, na tentativa de mudar o futuro de crianças e adolescentes que estão há anos em instituições de acolhimento do Espírito Santo, esperando por uma família. Especificamente as crianças mais velhas, os grupos de irmãos ou aquelas que possuem alguma condição especial de saúde.</p> <p>Com o intuito de quebrar paradigmas e trazer um novo olhar, a campanha dá voz a esses meninos e meninas através de vídeos gravados pela equipe de comunicação do TJES. As imagens são sensíveis e positivas. As crianças brincam, mostram suas personalidades, revelam suas qualidades, habilidades, potencialidades e sonhos. Ou simplesmente cativam com um sorriso ou olhar.</p> <p>Em razão da pandemia da Covid-19, houve uma redução do número de vídeos produzidos pela Assessoria de Comunicação. Mas, em contrapartida, alguns puderam ser produzidos pelos próprios funcionários das instituições de acolhimento, a partir de instruções elaboradas e transmitidas pela ASCOM-TJES.</p> <p>Em 2021, 20 crianças entraram na campanha e 12 vídeos foram produzidos, alguns com grupos de irmãos.</p> <p>Desde que foram lançados, em maio de 2017, os vídeos já foram visualizados por milhares de pessoas no Youtube. A CEJA já recebeu e-mails e telefonemas de mais de 20 estados do Brasil e também de brasileiros residentes na Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Noruega, Tailândia, Inglaterra, Singapura, França e Japão.</p>



6.2.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Check List de Acessibilidade para a Comunicação	Este projeto tem por finalidade a elaboração de um check list com os principais requisitos que devem ser atendidos para garantir a acessibilidade de publicações de matérias no site e postagens nas redes sociais.
Libras em todo o site do TJES	O projeto abrangerá todo o site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo adicionando através da extensão para o wordpress "VLibras" (onde os dados do site são inseridos) um avatar que fará a leitura dos conteúdos na língua brasileira de sinais (Libras), o que tornará os conteúdos acessíveis a pessoas surdas que usam a Libras.
Cartilha: publicando conteúdos acessíveis	Trata-se da criação de uma cartilha para orientar todos os servidores que publicam conteúdos imagéticos ou textuais no site www.tjes.jus.br a respeito das boas práticas de publicações acessíveis às pessoas com deficiência, segundo as orientações de páginas especializadas em acessibilidade e a consultoria da Comissão de Acessibilidade do PJES. A demanda se alinha à necessidade de estreitar os canais de comunicação do Poder Judiciário com os jurisdicionados e, também, servidores que sejam pessoas com deficiência e que atualmente não são contemplados com conteúdos acessíveis.

6.2.3 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Reformulação do ambiente de Intranet do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo	A adequação do layout da rede interna do sítio do TJES está entre as ações necessárias e previstas para tornar mais fácil o acesso às informações relevantes sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades judiciárias, secretarias, coordenadorias e assessorias, assim como, às decisões que impactam no dia a dia dos integrantes do Órgão e facilitam a comunicação interna no âmbito do Judiciário Capixaba.

6.3 ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

À Assessoria de Segurança Institucional (ASI) compete realizar a segurança das instalações, bem como controlar o acesso de pessoas e veículos, em todos os prédios utilizados pelo Poder Judiciário, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 24, da Resolução TJES nº. 075/2011.

6.3.1. AÇÕES REALIZADAS EM 2021

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contrato para prestação de serviço de locação de equipamentos e monitoramento de sistemas de alarmes e vistoriador técnico de pronta resposta	Através dos equipamentos que locados e monitorados é possível acompanhar e garantir que os Fóruns e as unidades judiciárias estarão seguros



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

nas Unidades Judiciárias do Espírito Santo.	contra: intrusões, vandalismos, furtos e danos. Além disso, caso ocorra alguma situação excepcional, a vistoria técnica será ativada, garantindo uma pronta resposta através das autoridades de segurança locais e dos agentes competentes.
Aquisição de suprimentos para impressão de Crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários do PJES.	O objetivo da presente contratação é fornecer suprimentos que permitam a continuidade da confecção de crachás para todos os funcionários do PJES: magistrados, servidores e estagiários. Garantindo assim que todos aqueles que trabalham nas unidades jurisdicionais portarão seu crachá de identificação.
Aquisição de Coletes Balísticos	Aquisição de 5 coletes balísticos que foram disponibilizados à Magistrados e Servidores que atuam em situação de risco.

6.3.2. AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de monitoramento por câmeras para o Arquivo Geral de Serra.	Permitir a visualização das imagens captadas pelas câmeras, recuperar imagens armazenadas no sistema, controlar a movimentação interna e externa de pessoas e veículos e, em suma, dotar o Poder Judiciário de mecanismos que possibilitem a implementação de medidas de proteção das pessoas e do patrimônio público, proporcionando conforto e segurança, redução das falhas humanas e suporte inteligente à vigilância ostensiva, aumentando os níveis de segurança.
Aquisição de equipamentos para substituição de peças, manutenção e reparos nos sistemas de segurança do PJES.	Suprir as necessidades de equipamentos de reposição dos sistemas de segurança instalados nos prédios do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

6.4 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura é a unidade administrativa responsável pelas atividades referentes à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de reprografia; dos serviços de telefonistas; dentre outros.

Cabe, ainda, à Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, o acompanhamento da execução do seu orçamento, organizando os planos de trabalho e cronogramas para a realização das atividades de sua competência e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução TJES nº 75/2011.

É a estrutura da Secretaria de Infraestrutura:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Infraestrutura	Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Material de Consumo;• Seção de Patrimônio.
	Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Compras;• Seção de Contratação.
	Coordenadoria de Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Transporte;• Seção de Zeladoria.

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** é responsável pelo processamento das contratações das aquisições de materiais e equipamentos e dos serviços mediante processos licitatórios ou compras diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação), bem como atividades correlatas. Para tanto, acompanha e executa os processos desde a fase de coleta de preços, com a finalidade de apurar os preços praticados no mercado, até a fase da contratação em si.

Essa Coordenadoria também apoia a Comissão Permanente de Licitação (CPL) no processamento das licitações realizadas, nas modalidades concorrência, tomada de preço e convite, bem como orienta seus membros sempre quando solicitado.

Importante ressaltar que o Coordenador(a), em contratações diretas, verifica a compatibilidade da solicitação, por meio de manifestação fundamentada, com base nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93.

Compete, por fim, à aludida Coordenadoria, apresentar, por informação o orçamento mais vantajoso em contratações diretas; controlar banco de dados contendo informações de fornecedores interessados em trabalhar com o Poder Judiciário; manter atualizado as informações relativas à contratação direta, nos termos do art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/93; auxiliar a Seção de Contratação e Seção de Compras; acompanhar o cadastro de empresas declaradas inidôneas ou suspensas pelo Poder Público e a relação de empresas sancionadas pelo TJ; auxiliar na coordenação e na elaboração de projeto básico relacionado à sua área de atribuição; gerir os contratos referentes às atividades sob sua responsabilidade; apresentar relatórios periódicos de todos os serviços executados na Coordenadoria; informar ao superior hierárquico qualquer irregularidade relacionada às Seções.



A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** se divide em:

- **Seção de Compras:** que tem a atribuição de realizar a pesquisa de preço de mercado para as aquisições/contratações e Registro de Preços, com a conseqüente elaboração de planilha com preços referenciais; a instrução e formalização das contratações diretas, seja por dispensa ou inexigibilidade, inclusive locação/aquisição de imóveis, realizando a devida negociação dos valores, quando necessário, com a juntada de toda a documentação das empresas e dos imóveis, bem como o gerenciamento dos contratos e atas de competência da própria Seção.
- **Seção de Contratação:** que compete à elaboração de editais de licitações e as minutas de contratos, aditivos, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e Convênios (exceto relacionados a pessoal); elaboração e publicação no Diário da Justiça e em Jornal de grande circulação de: avisos de licitação, avisos de homologação, avisos de contratação direta (inexigibilidade e dispensa), avisos de anulação/suspensão de licitações, resumos de Contratos/Atas de RP/Aditivos/Convênios/Rescisões; o lançamento das informações de obras e serviços de engenharia no sistema Geo-Obras, do TCE-ES; a alimentação do Portal da Transparência com as informações relativas às licitações concluídas, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e celebração de contratos/convênios/instrumentos congêneres; o gerenciamento do procedimento administrativo relacionado às adesões e caronas à Atas de Registro de Preços; elaboração de relatórios bimestrais acerca de todas as licitações e contratações diretas realizadas; Inserção de penalidades às empresas Contratadas no sistema Compras.net, CEIS da AGU e na Intranet; constante atualização das minutas de Editais conforme recomendações recebidas de: Assessoria Jurídica, CNJ, TCU, TCEES, Governo do Estado, Jurisprudências, etc; apoio aos Pregoeiros e à Comissão Permanente de Licitação; eventual auxílio à Seção de Compras em processos de cotação de preço; atuação através de seus servidores como integrante administrativo em procedimentos de contratação da área de TI; além de outras atribuições.

A **Coordenadoria de Serviços Gerais** possui como atribuições o planejamento, coordenação, controle e supervisão dos projetos e serviços inerentes à área de transporte; a conservação e limpeza das instalações do Poder Judiciário e outros serviços de apoio como mensageria, reprografia, telefonista, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, água mineral, visando proporcionar aos servidores, magistrados e jurisdicionados um ambiente adequado, fazendo assim, que seus trabalhos tenham um resultado mais eficaz. Divide-se em:

- Compete à **Seção de Transporte** o controle e supervisão dos projetos inerentes à área; realizar vistorias periódicas em veículos; programar manutenções preventivas; fazer controle diário de veículos e motoristas; gerenciar a distribuição da frota e abastecimento dos veículos, dentre outras.
- À **Seção de Zeladoria**, por sua vez, dentre as atribuições previstas na Resolução nº 075/2011 deste Poder, coordena os serviços de limpeza geral das edificações do Poder Judiciário Estadual, incluindo pátio externo, jardim, estacionamento e outros; coordena os serviços de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

telefonistas; controla a distribuição de chaves; realiza a coleta do lixo; controla a agenda das salas de sessões; zela pela manutenção das dependências das copas; controla a reposição de água mineral; realiza o controle de utilização de copiadoras, nas Centrais de cópias.

A **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial**, composta pela Seção de Material de Consumo e Seção de Patrimônio, tem como missão assegurar o fornecimento de materiais de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Espírito Santo, oferecendo condições para a prestação jurisdicional, bem como coordenar e supervisionar a gestão de bens móveis (fornecimentos, movimentações, doações e leilões), visando à efetiva organização e controle. Divide-se em:

- **Seção de Material de Consumo:** compete operacionalizar os procedimentos de abastecimento de material de consumo por meio da realização de compra, recebimento, estocagem e distribuição; receber, conferir, cadastrar, armazenar, distribuir e dar baixa no material de consumo; controlar a reposição do estoque; atender as solicitações formuladas via requisição de material online (e-GAP); realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; gerir as atas de registro de preços dos bens de consumo; desenvolver demais atividades correlatas.
- **Seção de Patrimônio:** compete manter arquivada documentação dos bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário Estadual, emitindo "Termo de Responsabilidade" aos ocupantes de imóvel utilizado pelo Poder Judiciário Estadual; elaborar projeto básico e/ou termo de referência, bem como gerenciar contrato de aquisição e/ou ata de registro de preços de bens permanentes, exceto equipamentos de informática; controlar solicitação de material permanente integrante de ata de registro de preço; realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; tramitar os processos de doação e acompanhar os processos de leilão de bens móveis comuns e veículos automotores; desenvolver demais atividades correlatas previstas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.

6.4.1 AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial

FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2019	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021
Atendimento de requisições de materiais de consumo pelo Almoarifado (RDM Online/ e-Gap)	6.104 requisições atendidas	3.898 requisições atendidas	5.107 requisições atendidas

FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES NOVOS			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2019	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Bens permanentes fornecidos	3.447 bens	3.843 bens	1.265 bens
-----------------------------	------------	------------	------------

FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES USADOS – VOLUME DE MOVIMENTAÇÕES			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2019	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021
Bens permanentes movimentados	152.518 bens	38.563 bens	20.865 bens

A migração do processo judicial em papel para o processo judicial eletrônico (PJe) está reduzindo o consumo de materiais fornecidos pela CSCP.

Foram leiloados diversos bens em desuso e inservíveis, conforme processos descritos abaixo:

- Processo SEI TJES nº 7001492-45.2019.8.08.0000 – Leilão de bens móveis - 14 veículos automotores;
- Processo SEI TJES nº 7001579-98.2019.8.08.0000 - Leilão de bens móveis – 8.564 bens móveis comuns.
- Processo SEI TJES nº 7002672-28.2021.8.08.0000 - Leilão de bens móveis – 1.802 bens móveis comuns.

GESTÃO DE ATAS E CONTRATOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2019	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2020	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2021
Seção de Material de Consumo	88 atas de RP 1 contrato (SMARAPD)	114 atas de RP 7 contratos de fornecimento parcelado de materiais 1 convênio (SEJUS)	112 atas de RP 1 compra pontual 1 convênio (SEJUS)
Seção de Patrimônio	83 atas de RP	62 atas de RP 6 compras pontuais 2 contratos de leiloeiros públicos oficiais	42 atas de RP 6 compras pontuais 1 contrato de leiloeiro público oficial
TOTAL	172 instrumentos contratuais	192 instrumentos contratuais	163 instrumentos contratuais

COMISSÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

- Comissão Permanente de Inventário – Ato nº 319/2021 da Presidência, publicado no e-Diário de 17/09/2021. Presidente da Comissão: Gustavo Gonçalves Biazzi;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis – Ato nº 435/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 08/10/2018. Presidente da Comissão: Marcos Calasans Silva;
- Comissão de Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES – Ato nº 257/2021 da Presidência, publicado no e-Diário de 27/07/2021. Presidente da Comissão: Mauro de Souza Tristão.

NORMAS DO PJES UTILIZADAS NO CONTROLE PATRIMONIAL

NORMA	DATA DA PUBLICAÇÃO: RESUMO DO ASSUNTO
Resolução nº 75/2011	e-Diário de 13/12/2011: novas competências dos setores administrativos do TJES.
Resolução nº 20/2018	e-Diário de 28/06/2018: altera os artigos 61, 69 e 111 (bens imóveis) da Resolução nº 75/2011.
Ato Normativo nº 103/2012	e-Diário de 13/09/2012: metodologia de avaliação e reconhecimento de bens inservíveis no PJES.
Ato Normativo nº 70/2018	e-Diário de 05/04/2018: atividades do inventário e movimentação de bens no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 75/2018	e-Diário de 11/04/2018: validação do termo de responsabilidade eletrônico com login e senha.
Ato Normativo nº 163/2018	e-Diário de 08/10/2018: pedido eletrônico de bens permanentes centralizada no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 205/2018	e-Diário de 07/11/2018: depreciação, amortização e metodologia patrimoniais e contábeis do PJES.
Ato Normativo nº 116/2019	e-Diário de 21/08/2019: assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de bem imóvel.
Ato Normativo nº 102/2020	e-Diário de 21/10/2020: responsabilidade sobre a guarda de bens permanentes em áreas comuns do TJES.
Ato Normativo nº 010/2021	e-Diário de 19/02/2021: assinatura dos termos de responsabilidade pendentes ou bloqueio de pedidos.
NP TJES Nº 04.01	disponível na intranet: avaliação e baixa de bens móveis.
NP TJES Nº 04.02	disponível na intranet: elaboração de inventários periódicos.
NP TJES Nº 04.03	disponível na intranet: escrituração, registro e cessão de imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.04	disponível na intranet: pagamento de tributos relativos a imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.05	disponível na intranet: controle de materiais de consumo.
NP TJES Nº 04.06	disponível na intranet: rotinas de gestão dos materiais de patrimônio.



Coordenadoria de Serviços Gerais

FROTA DE VEÍCULOS

A Seção de Transportes contou em 2021 com 65 (sessenta e cinco) veículos próprios, 02 veículos cedidos pela PMES e 74 (setenta e quatro) veículos pertencentes à empresa terceirizada, que foi contratada, sob o regime de locação, para disponibilizar veículos visando aos deslocamentos dos serventuários da Justiça e de seus colaboradores, bem como para o transporte de materiais e equipamentos destinados às diversas unidades do Poder Judiciário.

O SETOR DE LOGÍSTICA DA SEÇÃO DE TRANSPORTES OPERA TODAS AS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS ENTRE AS UNIDADES DO PJES.

Composição:

Motoristas caminhão – 2

Motorista van – 1

Motoristas ônibus – 2

Ajudantes de carga – 8

Servidores – 2

Estagiárias – 2

Metodologia operacional:

Rotas pré-definidas para movimentações regulares (recorrentes) com base nas necessidades de entregas do Almoarifado, maior movimentador de cargas da estrutura.

As unidades são divididas em regiões geográficas e as rotas são estabelecidas visando à maximização de ganho, com a redução de quilometragem.

Com rotas definidas, a Logística implementa um calendário de atendimento ao longo do ano, o que permite melhor organização para as unidades, além da consolidação de cargas, ou seja, um mesmo veículo entrega e recolhe bens de setores diversos (STI, CSCP, CSG, SECRENGE etc..) em sistema milk run. Dessa forma Logística consegue ordenar a melhor alocação de recursos.

As movimentações da Logística não estão limitadas apenas à interunidades. Responde também pelas movimentações internas e atípicas (entre locações das unidades e dentro das mesmas)

Movimentações Regulares em 2021

Almoarifado:

Regiões (bens de consumo - Comarcas do Interior):

63 pontos de entrega atendidos em 9 ciclos

Grande Vitória (bens de consumo)

22 pontos de entrega atendidos 44 ciclos

Eficiência (solicitações x entregas) 100%



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Patrimônio (Bens permanentes)

1.028 chamados atendidos (cada chamado corresponde a um ponto de entrega e pode conter um ou mais bens) de 1.067 abertos.

Eficiência: (atendimento de chamados válidos no mesmo ano): 96%

STI

684 movimentações concluídas de 743 chamados abertos

Eficiência: 92%

Engenharia

96 movimentações atendidas de 96 chamados abertos

Eficiência: 100%

Arquivo Geral:

Coleta de processos para arquivamento e transporte de descarte

15 movimentações atendidas de 15 chamados abertos

Eficiência: 100%

Obs: Os chamados abertos próximo ao fim do exercício que não foram indicados como atendimentos emergenciais tiveram a sua conclusão programada para os ciclos do exercício seguinte (2022).

Mudanças de Fóruns, Setores e Arquivos:

Linhães:

Movimentação no Arquivo geral da comarca

Íluna:

Movimentação no arquivo geral da comarca

São Domingos do Norte:

Mudança da comarca

Marilândia:

Mudança da comarca

Serra:

Mudança da 6ª vara criminal

Movimentações internas nas comarcas de:

Marataízes, Rio Novo do Sul, Vitória e Serra.

TJES:

Movimentações em gabinetes

Outras demandas pontuais:

Atendimentos com o ônibus Lei Maria da Penha nas comarcas da Grande Vitória e interior, atendimentos com o ônibus Juizado Itinerante em mutirões de diversas comarcas.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM 2021

CONTRATOS	POSTOS DE TRABALHO CONTRATADOS
Motoristas, Ajudantes e Controladores de Tráfego	114



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Limpeza 2ª Instância e Administrativo	32
Limpeza das Comarcas	172
Copeiragem	51
Telefonistas	17

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Quantidade de recursos humanos limitada, para atuarem nas mais diversas atividades afetas a esta Coordenadoria, impossibilitando o avanço na execução das metas estipuladas;
- Excesso de procedimentos nos trâmites das normas de procedimentos, provocando, por consequência, a preclusão temporal e a impossibilidade de praticar os atos necessários à conclusão das contratações.
- Falta de especialização e cursos voltados para a área de contratações de serviços terceirizados.

OUTRAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

- Os processos relacionados a novas contratações foram instruídos já contendo os documentos preliminares necessários para subsidiar futuro procedimento licitatório: documento de formalização da demanda, mapa de riscos, estudo técnico preliminar e termo de referência;
- Implantação do contrato de manutenção de jardins, áreas verdes e capina, sob demanda e por m²;
- Estudo Técnico Preliminar foi realizado sobre a possibilidade da contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de reprografia para os diversos setores do prédio sede do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Verificou-se **a ausência da necessidade de contratar empresa especializada**, dada a queda constante da demanda pelos serviços de reprografia. A solução mais adequada para o Órgão foi a utilização da própria gráfica interna do TJES, que já possui o maquinário e três servidores para a função, sendo um técnico judiciário e dois auxiliares judiciários.
- Negociação de contratos com redução de preços ou diminuição de reajustes;
- Implantação de avaliação eletrônica de medição dos resultados (IMR), realizada mensalmente por todos os fiscais dos contratos.
- Ajustes no contrato de limpeza, que gerou uma significativa economia.
- Ampliação da disponibilização dos serviços de copeiragem sem aumento do valor do contrato;
- Emissão de comunicados mensais, por meio de processos no SEI, às Comarcas visando à orientação e sensibilização do correto uso dos Serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos

No ano de 2021, as atividades realizadas pela **Seção de Compras** de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, sejam por dispensa ou inexistência de licitação, negociações de locação de imóveis, totalizaram 278 (duzentos e setenta e oito) processos/ expedientes.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mercado está trabalhando com determinado objeto e, conseqüentemente, orientar e sugerir a unidade demandante melhores formas da contratação.

Vale ressaltar que a Seção de Compras é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para planejamento de contratação de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que a aludida unidade também, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, bem como dá o suporte necessário na pesquisa, estudos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabela correspondente que demonstra o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Compras durante o exercício referido:

NORMA	ASSUNTO	QUANTIDADE
NP nº 01.01	Licitação	132
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	35
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	0
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP)	50
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	01
NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	60
NP nº 10.01	Curso Capacitação (Part. de Servidores em Eventos de Capacitação)	0
TOTAL DE PROCESSOS/EXPEDIENTES:		278

Ainda tramitaram na Seção de Compras, para cotação de preços, processos referentes a ressarcimento de valores a empresas detentoras de contratos de manutenção com reposição de peças. Para estes processos, aplica-se, normalmente, a NP 01.01, por analogia.

Notas:

1. No PJ/ES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em **Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>)**;
2. A pesquisa de preços de mercado é realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-270711836>), alinhada com entendimento do TCU (Acórdão 2816/2014 e Acórdão 555/2005);
3. O preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração da Planilha de Preço Referencial (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do *preço referencial* é o *Coefficiente de*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Varição (CV), que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se $CV \leq 25\%$ o preço referencial será a *média*. Se $CV > 25\%$, o preço de referência será a *mediana* dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela *média* e outros pela *mediana*.

4. As dispensas decorrentes de contratação de cursos/instrutores processadas pela NP 10.01 NP e 09.01 estão contabilizadas na NP 01.02. As contratações processadas pela 09.01 estão contabilizadas na NP 01.01.

Ademais, importante ressaltar que todos os procedimentos realizados pela Seção de Compras são analisados e validados pela Coordenadoria de Compras Licitação e Contratos.

No ano de 2021, a **Seção de Contratação** realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, termos aditivos, entre outros.

No ano de 2021 o PJES realizou mais um Leilão de alienação de bens móveis (Leilão 001/2021), tendo a Seção de Contratação atuado na elaboração do Contrato do Leiloeiro bem como do Edital de Leilão e demais atos de apoio à CPL e publicação nos meios competentes.

Os servidores da referida Seção ainda atuaram efetivamente em processos de contratações relacionados à área de tecnologia da informação, em atendimento à NP 09.01.

Vale ressaltar que a Seção de Contratação também é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para a realização de contratações de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que aludida unidade também realiza estudos e atualização das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabelas e gráficos correspondentes que demonstram o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Contratação durante o exercício referido:

ELABORAÇÃO DE MINUTAS	
Editais	125
Contratos	42
Aditivos	88
Chamamentos Públicos	8
Atas de Registro de Preços	104
Convênios	39
TOTAL:	406



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

AVISOS/RESUMOS PUBLICADOS	
Editais (licitações / Chamamentos Públicos)	133
Contratações Diretas	68
Atas de RP	104
Aditivos	88
Contratos	42
Convênios	28
Total:	463

LICITAÇÕES REALIZADAS			
MODALIDADE		QUANTIDADE	NORMA DE PROCEDIMENTO
Pregão	Na forma Eletrônica	109	01.01
	Na forma Presencial	00	01.01
Tomada de Preços		05	01.01
Concorrência		01	01.01
Convite		00	01.01

Notas:

1. As licitações na modalidade "Tomada de Preços" foram realizadas pela Comissão Permanente de Licitação, a qual é diretamente vinculada à Presidência;
2. Para a modalidade de pregão eletrônico é utilizado o portal de Compras Governamentais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – www.gov.br/compras/pt-br/.

PENALIDADES APLICADAS	
TIPO DE PENALIDADE	QUANTIDADE DE EMPRESAS PENALIZADAS
Advertência	09
Multa	71
Suspensão temporária	03
Impedimento	06



OUTRAS ATIVIDADES

- Elaboração de base de dados para controle de contratações contendo informações desde 2014 sobre Processo de contratação, modalidade, Data, Lotes, Itens, CATMAT/CATSER, Descrição do Item, Unidade, Quantidade Mínima, Quantidade Máxima, Preço unitário (R\$), Demandante, Gestor, Início de Vigência, Fim da Vigência;
- Metodologia de distribuição justa e equânime de processo entre os servidores da Seção de Compras, com o objetivo de imprimir maior celeridade no desenvolvimento às atividades realizadas pela referida unidade;
- Padronização das minutas dos editais, com sua disponibilização na intranet, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar maior eficiência e efetividade nas tarefas internas;
- Criação da rotina de elaboração de relatórios semanais, os quais servirão como forma de controle da produtividade, focando na tramitação dos processos e incentivo ao alcance das metas traçadas pela gestão;
- Atualização da NP 01.01 (Aquisição mediante licitação), em conjunto com a Secretaria de Controle Interno e a Coordenadoria de Execução Orçamentária, para adequação ao sistema SEI e otimização dos procedimentos;
- Elaboração do modelo de documento denominado Estudo Técnico Preliminar, em atendimento às novas legislações vigentes, a fim de subsidiar as unidades demandantes do PJES.

6.4.2 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

- Realização de treinamento para os servidores, **em especial quanto à Nova Lei Federal de Licitações e Contratos, nº 14.133/2021 para todas as unidades administrativas do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo;**

Além disso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, e com vistas a atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos almeja a implantação de Sistema de Gestão Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com os seguintes objetivos:

- Permitir consulta ao processo de compra informando em que fase do processo licitatório ela se encontra;
- Registrar os processos licitatórios, identificando: número do processo, objeto, a modalidade de licitação e datas do processo;
- Possuir meios de acompanhamento de todo o processo de Licitação, registrando a Habilitação, Proposta Comercial e emitindo Mapa Comparativo de Preços;
- Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor, produto/serviço ou número do processo;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Disponibilizar gráficos de compras por modalidades de licitações e materiais adquiridos e consumidos por período;
- Conter classificação/definição das melhores propostas;
- Conter possibilidade de emissão de relatórios de indicadores de trabalhos resolvidos.

6.5 SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente, a esta Secretaria, Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme se demonstra com o quadro abaixo:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA	Coordenadoria de Gestão da Informação Documental	<i>*Seção de Biblioteca;</i> <i>* Seção de Arquivo; e</i> <i>*Seção de Edição e Publicação</i> <i>* Centro de Memória e Espaço Cultural</i>
	Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição.	<i>*Seção de Protocolo</i>
	Coordenadoria de Taquigrafia	-
	-	<i>*Seção de Plantão e Mandados</i>
	-	<i>*Seção de Contadoria Judicial</i>

À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49 da Resolução nº 075/2011.

Conta, atualmente, com 02 servidores em suas instalações: a Secretária Judiciária e uma Analista Judiciária – Especialidade Administração.

Em virtude do Ato Normativo nº 092/2015, com a vacância do cargo de Chefia da Seção de Contadoria Judicial a Secretária Judiciária acumulou tal função, ficando as demais Seções sob a supervisão dos Coordenadores a que estão vinculadas. Com relação à chefia da Seção de Plantão e Mandados esta foi preenchida em outubro/2019.



6.5.1 SECRETARIA JUDICIÁRIA - AÇÕES

- 1- Gestão dos processos administrativos referentes ao **Vale-Cidadão**, sendo entregues 4.422 (**quatro mil, quatrocentos e vinte e dois**) vales em 2021, ainda diante da paralisação do atendimento presencial decorrente da pandemia mundial do COVID19 em todo o Poder Judiciário;
- 2- Gestão dos processos administrativos de pagamento de perícias (diversas de médicas para as quais há convênio com o Estado do Espírito Santo) e traduções em processos com assistência judiciária gratuita deferida, na forma do Parecer da Presidência desta Corte de Justiça e da Ordem de Serviço nº 004/2016. No ano de 2021, recebeu –**195 (cento e noventa e cinco)** processos de perícia, movimentando **R\$ 258.800,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais)** em honorários periciais e **01 (um)** processos referentes a tradução, totalizando **R\$ 13.520,00 (treze mil, quinhentos e vinte reais)**;
- 3- Recebeu e encaminhou para o órgão julgador competente deste Egrégio Tribunal de Justiça **decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, totalizando** relativas a recursos interpostos;
- 4- Desenvolveu, em cooperação com a Secretaria de Tecnologia da Informação, projetos e melhorias contínuas de sistemas que alcançaram o jurisdicionado e os servidores deste Poder Judiciário, bem como atuou na expansão do PJE em segundo grau, e digitalização do acervo físico;
- 5- Atendendo ao disposto no Ato nº 04/2016, organizou e publicou a escala de plantão dos Desembargadores e das Secretarias dos Órgãos Julgadores de Segundo Grau.

6.5.1.1 COORDENADORIA DE PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO.

Esta Coordenadoria possui 02 (duas) unidades diretamente ligadas: a Seção de Protocolo e a de Distribuição de Processos propriamente dita.

a) Seção de Protocolo

À Seção de Protocolo compete a protocolização (registro no sistema de gerenciamento de processos de segunda instância) de todos os documentos físicos que tramitam nesta Corte, com a devida inclusão de classe e assunto, em conformidade com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como a vinculação de guias de custas, quando existentes, e o seu respectivo encaminhamento à Unidade destinatária.

Atualmente, esta unidade conta com três Analistas Judiciários – 01, estando vaga a função de Chefia de Seção, face às medidas adotadas pelo Poder Judiciário Estadual de reduzir os gastos com pessoal, passando a Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição a exercer cumulativamente essas atribuições.



Conforme dados extraídos do sistema de gerenciamento de processos de segunda instância, cerca de **44.916** petições de juntada, **5.310** petições iniciais e **5.509** expedientes, totalizando **55.735** documentos protocolizados no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

NÚMERO TOTAL DE DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS		
2019	2020	2021
99.690	46.453	55.735

Verifica-se impacto positivo no trabalho da Seção de Protocolo com a continuidade dos processos administrativos eletrônicos que tramitam pelo sistema **SEI** e com a expansão do sistema **PJe Tribunal de Justiça**.

b) Distribuição de Processos

A distribuição é realizada por meio dos sistemas informatizados do Egrégio Tribunal de Justiça, sob o comando da Secretaria de Tecnologia da Informação, cabendo aos servidores da Unidade apenas operá-lo.

As atividades iniciam-se com o recebimento das petições iniciais, quando referentes a ações e/ou recursos de competência originária do Tribunal de Justiça, e com os processos que chegam em grau de recurso das Comarcas do Estado, inclusive para os processos eletrônicos que tramitam no PJE.

Atualmente, a distribuição de processos judiciais originários deste egrégio Tribunal de Justiça está rigorosamente em dia, em sua regra, em virtude das medidas adotadas pela administração, tais como a numeração manual das petições iniciais pelas Câmaras, Certidão negativa *online*, Grupo de Trabalho formado para realização de mutirão quando necessário, sistema Pje-Tribunal de Justiça em expansão, além do empenho dos servidores localizados na Unidade.

Uma das dificuldades enfrentada é a multiplicidade de sistemas informatizados utilizados pelo Poder Judiciário (EJUD, PROJUDI, SIEP, EPROCESS, Segunda Instância e Pje Segundo Grau).

Hoje, o Setor conta com **12 (doze) servidores**, sendo que deste número, apenas **07 (sete) servidores** realizaram atividades iniciais num volume de mais de **2.100 (dois mil e cem)** processos físicos e eletrônicos distribuídos/redistribuídos por mês no exercício passado.

No ano de 2021, segundo sistema de gerenciamento de processos de segunda instância, foram **28.147** (vinte e oito mil, cento e quarenta e sete) distribuições/redistribuições de processos físicos realizadas. Segundo levantamento realizado no mesmo período no sistema Pje Tribunal, foram **8.066** (oito mil e sessenta e seis) processos eletrônicos distribuídos, **totalizando 36.213 processos em segundo grau**. Apenas processos originários de Segundo Grau físicos foram aproximadamente **5.310** (cinco mil, trezentos e dez) processos distribuídos.



DISTRIBUIÇÕES		
(dados extraídos do sistema de segunda Instância)		
2019	2020	2021
33.418	20.334	28.147

*dados extraídos do Sistema de Gerenciamento de Processos de Segunda Instância

DISTRIBUIÇÕES	
(dados extraídos do sistema de Pje - Tribunal)	
2020	2021
4.796	8.066

*dados extraídos do Sistema Pje – Tribunal de Justiça

6.5.1.2 COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

A Coordenadoria de Taquigrafia é o setor responsável por taquigrafar todas as sessões de julgamento e audiências em segundo grau de jurisdição.

A Coordenadoria de Taquigrafia possui um quadro de **39 (trinta e nove) taquígrafas**, mas, conta hoje com apenas **13 (treze)** em atividade naquele local de trabalho – **03 (três) estão à disposição em outros locais** e **23 (vinte e três) cargos estão vagos** em face de aposentadorias.

Além das 13 (treze) taquígrafas, sendo que uma delas exerce a função de Coordenadora, a unidade conta com 01 (um) Agente Judiciário e 01 (um) analista judiciário – Direito.

Destaca-se, ainda, que com o Ato Normativo nº 092/2015, cessaram-se as designações para a função gratificada de Taquígrafo Revisor.

Durante o exercício de 2021, a Coordenadoria de Taquigrafia executou tarefas em **25.428 (vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito)** processos, conforme se observa na tabela abaixo, com lançamentos no sistema de Segunda Instância, e elaborou notas taquigráficas em **14 Audiências de Processos Administrativos**, além do registro de Partes Administrativas em todas as sessões.

ÓRGÃO JULGADOR	NÚMERO DE JULGADOS
CONSELHO	151
PLENO	324
1ª CÍVEL	3.217
2ª CÍVEL	3.129
3ª CÍVEL	4.043



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

4ª CÍVEL	4.152
1ª CRIMINAL	4.726
2ª CRIMINAL	5.231
CRIMINAIS REUNIDAS	253
1º GRUPO CÍVEIS	87
2º GRUPO CÍVEIS	115
TOTAL:	25.428

6.5.1.3 SEÇÃO DE PLANTÃO E MANDADOS

Esta Seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, e não possui orçamento próprio. Durante o exercício de 2021, **1.483 (mil, quatrocentos e oitenta e três)** mandados foram distribuídos e **2863 (duas mil oitocentos e sessenta e três)** diligências foram realizadas pelos Oficiais de Justiça em Segundo Grau.

A Seção de Plantão e Mandados conta hoje com 01 Chefe de Seção e 01 servidora efetiva (TECNICA JUDICIÁRIA–sem especialidade) e coordena as atividades de 08 (oito) Oficiais de Justiça localizados neste Tribunal.

6.5.1.4 SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIAL

Esta seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, sem orçamento próprio. Porém, está acompanhando os impactos de arrecadação decorrentes da Lei de Custas Judiciais, Leis nº 9.974/2013 e 10.178/2014, bem como responsável pelos cálculos das custas judiciárias e despesas postais de processos de competência originária deste Tribunal de Justiça, consoante Resolução nº 71/2015.

A Seção funciona hoje com 02 (dois) servidores efetivos, sendo um Analista Judiciário 02–Contabilidade e 01 Analista Judiciário 01 (com curso técnico em contabilidade).

Com a necessidade do Poder Judiciário Estadual de reduzir os gastos com pessoal, adequando-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, no mês de junho de 2015, cessou-se a designação da Chefia de Seção o que trouxe uma dificuldade gerencial, pois a Seção em voga desenvolve uma importante atividade junto aos órgãos judiciais deste Tribunal de Justiça, com demandas diárias específicas e recorrentes na área de contabilidade.

Em 2021, **6.854 (seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro)** processos passaram por aquele Setor, sendo calculadas custas no montante de **R\$ 606.543,24** (seiscentos e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte e quatro).



SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIARIA			
	2019	2020	2021
Número de Processos que passaram pelo setor	7.488	3.570	6.854
Valor das Custas Calculadas	R\$ 384.932,74	R\$ 292.343,50	R\$ 606.543,24

6.5.1.5 COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

A Coordenadoria de Gestão da Informação Documental possui em sua estrutura a Seção de Edição e Publicação (Diário da Justiça e Gráfica), a Seção de Arquivo (englobando todos os arquivos do Estado) e a Seção de Biblioteca, além ser o responsável pelo Centro de Memória e o Espaço Cultural do TJES.

Também sofreu o impacto com a perda das Chefias das suas Seções sendo as atividades absorvidas pelo Coordenador.

No exercício de 2021, algumas atividades se destacaram, quais sejam:

- Participação na Comissão de Gestão da Memória e na Comissão Permanente de Avaliação Documental - CPAD no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
- Manutenção e Organização do arquivo central do Poder Judiciário Estadual, abrigando as comarcas da Grande Vitória (Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana) em Jardim Limoeiro, do qual constam aproximadamente 300.000 (trezentas mil) caixas de arquivo.
- Gestão do Sistema Eletrônico - SEI para tramitação dos processos administrativos, dando suporte às áreas de todo o Poder Judiciário Estadual e Corregedoria Geral da Justiça – obrigatoriedade da utilização do sistema declarada através do Ato Normativo nº 29/2019 publicado no e-diário de 01/03/2019, concretizada plenamente em 05/08/2019.
- Publicação de 35 (trinta e cinco) editais de descarte de agravos de instrumento, além de 05 (cinco) editais de eliminação de processos de Juizados Especiais. Ações essas que contribuíram para organização e ajustes de espaços dos arquivos das comarcas e sendo o material descartado encaminhado à reciclagem, sendo a verba revertida para Associação de catadores de lixos e instituições sociais cadastradas.
- Visitas para mapear a situação de gestão documental nos fóruns, orientando as comarcas para gestão dos seus arquivos, utilizando a Resolução nº 56/2015 de descarte de processos, evitando que se aluguem imóveis desnecessariamente. Municípios visitados em 2021: Baixo Guandu, São Mateus, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Pancas, Anchieta, Rio Novo do Sul e Cachoeiro de Itapemirim.
- Em continuação ao trabalho de recolher materiais e processos históricos para o acervo do Centro de Memória do Poder Judiciário, conforme orientações do CNJ e do PRONAME (Programa Nacional de Gestão documental e Memória do Poder Judiciário), conclui-se a catalogação de processos históricos recolhidos da Comarca de Santa Leopoldina, tendo processos a partir de 1886. Em sequência, iniciaram-se os trabalhos com os processos históricos da Comarca de Afonso Cláudio, que já foram recolhidos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Confecção da página do Centro de Memória no site do TJES, no qual consta a História do Poder Judiciário, fotos dos acervos, documentos, conservações, além dos prédios históricos e curiosidades, nos moldes da Resolução nº 324 de 30/06/2020 do CNJ. A página foi inaugurada na solenidade dos 131 anos do Tribunal de Justiça ocorrida em 20 de julho de 2021.
- Coordenação do processo de virtualização dos processos físicos, nos moldes da Resolução CNJ 420/2021. A digitalização dos processos físicos advindos em grau de recurso de primeiro grau para o Tribunal de Justiça está sendo feita dentro da estrutura da própria Coordenadoria de Gestão da Informação Documental. Em 2021, todos os processos de pessoal da CEPRO – Comissão Especial de Promoção foram digitalizados pela Coordenadoria para futura inserção no SEI.
- O Espaço Cultural e o Centro de Memória deste egrégio Tribunal de Justiça ficaram com suas atividades suspensas ao público durante o ano de 2021, em virtude das restrições impostas pela pandemia mundial do COVID-19.

6.6 SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MAN. DE EQUIPAMENTOS.

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59, da Resolução nº. 75/2011.

Esta Secretaria é composta por 3 (três) Coordenadorias, descritas a seguir:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	Coordenadoria de Projetos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Análise e Composição de Custos;• Seção de Desenvolvimento de Projetos.
	Coordenadoria de Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	
	Coordenadoria de Fiscalização de obras	

6.6.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Impermeabilização da cobertura do TJES.	Eliminar as infiltrações existentes.
Manutenção Predial no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - Câmara Cíveis Reunidas.	Substituição do piso e divisória do corredor e ambientes internos.
Regularização da edificação do Tribunal de Justiça na Prefeitura de Vitória (PRE).	Conseguir projeto aprovado da edificação para posterior contratação da obra de adequação do TJES, com posterior emissão do certificado de conclusão de obra e o alvará de funcionamento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Regularização da edificação do Tribunal de Justiça no Corpo de Bombeiros.	Conseguir aprovação do Corpo de Bombeiro para posterior contratação da obra de adequação das medidas de combate a incêndio no prédio do TJES.
Execução de projetos para a climatização da Central Multidisciplinar de Vila Velha e do Salão Peno do TJES.	Promover a climatização das salas.
Regularização do projeto dos edifícios localizados no terreno da Corregedoria junto à PMV.	Conseguir o certificado de conclusão de obra, aprovação do Corpo de Bombeiro e o alvará de funcionamento.
Instalação de mourões em madeira para recomposição das peças que faltam do cercamento do Fórum de Linhares, uma vez que a substituição de todo o cercamento se tornou inviável financeiramente.	Promover a segurança do imóvel.
Obra para reforma de parte da calçada do TJES.	Atendimento de exigências da PMV quanto à calçada do TJES (lado da 3ª ponte).
Fornecimento e instalação de bombas de água.	Substituição de bombas com defeito em diversos prédios do PJES.
Instalação de corrimãos para escadas e rampas em diversos Fóruns para atendimento de exigências do Corpo de Bombeiros.	Regularização das edificações do PJES.
Contratação de modernização dos 6 elevadores do prédio do Fórum Criminal e Fórum Cível de Vitória – parceria com o Governo do Estado.	Modernização dos elevadores do Fórum de Vitória.
Locação de programa de orçamentação.	Facilitar e tornar célere a elaboração de orçamentos e reduzir o risco de erros de planilha.
Manutenção de guarda corpo e corrimãos de aço inox no Fórum de Vila Velha.	Reparo em diversos pontos onde o material está danificado.
Manutenção de extintores de incêndio nos prédios do PJES.	Manter extintores com validade para garantir a segurança do imóvel contra incêndios.
Aquisição de licenças dos softwares de engenharia e treinamento básico BIM.	Atualização de versão do software Autocad e iniciar o processo de transição de trabalho do sistema CAD para o sistema BIM - BIM Building Information Modeling, atualmente em curso em todo o território nacional.
Reforma dos cartórios do Fórum de Guaçuí.	Promover ambientes mais salubres para o trabalho dos servidores.
Ampliação de 183 m ² do Fórum de Santa Maria de Jetibá em parceria com a Prefeitura.	Promover espaços adequados para a prestação do serviço jurisdicional.
Entrega de 12 Salas de Depoimento Especial em parceria com a STI e Secretaria de Infraestrutura.	Atender a necessidade de salas humanizadas para atendimento de menores em seus depoimentos.
Reestruturação da Casa do Cidadão de Viana para instalação da Vara Cível, da Fazenda Pública Estadual, Municipal, de Registros Públicos e do Meio Ambiente.	Devolução de imóvel locado para trazer economia ao PJES.
Aquisição de materiais elétricos para reorganização das instalações dos equipamentos	Reorganização das instalações dos equipamentos de ar condicionado na cobertura do TJES.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

de ar condicionado na cobertura do TJES.	
Obra para instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas no Fórum de Marataízes.	Atender solicitação do Corpo de Bombeiros para obtenção do alvará.
Ampliação de 92 m ² do Fórum de Ibatiba em parceria com a Prefeitura.	Promover espaços adequados para a prestação do serviço jurisdicional.
Manutenção Predial no Fórum de Montanha.	Pintura geral e substituição de cobertura.
Manutenção Predial no Fórum de Ibatiba.	Impermeabilização da calha.

6.6.2 – AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contratação de empresa para promover a instalação dos aparelhos para a climatização da Central Multidisciplinar de Vila Velha e do Salão Peno do TJES.	Fórum de Vila Velha – Promover a climatização das salas. Pleno – uma das estratégias para desativação do ar central do TJES.
Contratação da obra para construção do Fórum de Alegre.	Construção do novo Fórum.
Obra de adequação dos imóveis localizados no terreno da Corregedoria para permitir a emissão de Alvará do Corpo de Bombeiros e certificado de conclusão de obra na PMV.	Regularização das edificações do PJES.
Execução do projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu.	Resolver problema de fundação.
Execução de modernização dos 6 elevadores do prédio do Fórum Criminal e Fórum Cível de Vitória – parceria com o Governo do Estado.	Modernização dos elevadores do Fórum de Vitória.
Serviços de reorganização das instalações elétricas dos equipamentos de ar condicionado na cobertura do TJES.	Reorganização das instalações dos equipamentos de ar condicionado na cobertura do TJES.
Reestruturação do Galpão do antigo Almoarifado para instalação do VEPEMA.	Promover espaços adequados para a prestação do serviço jurisdicional, uma vez que o imóvel que funcionava a vara foi interditada por problemas estruturais.
Ampliação de 137 m ² do Fórum de Itaguaçu em parceria com a Prefeitura.	Promover espaços adequados para a prestação do serviço jurisdicional.
Contratação de empresa para instalação de aparelhos de ar condicionado para desativar o sistema de climatização central no prédio do TJ.	Desligamento do sistema de climatização central do TJES que está com equipamentos em final de vida útil.
Contratação de empresa para substituição de vidros quebrados no Fórum de Vila Velha - Boa Vista e na Corregedoria.	Substituição de vidros quebrados.



Contratação de empresa para realizar o teste de estanqueidade na tubulação de gás no prédio da Corregedoria.	Obtenção de alvará do Corpo de Bombeiros.
Substituição de porta de vidro do Fórum de Vila Velha.	Substituição de porta quebrada.

6.6.3 – AÇÕES A SEREM REALIZADAS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contratação de projetos para reforço do piso no subsolo do Tribunal de Justiça.	Executar o reforço do piso do subsolo do prédio do Tribunal de Justiça para abrigar áreas administrativas, visto que o projeto inicial prevê apenas garagem.
Contratação do projeto para reforço no talude dos fundos no Fórum de Guarapari.	Construir contenção no talude de terra para conter a erosão do terreno.
Estudo para construção de nova edificação para atender setores administrativos e varas de Vitória no terreno da Corregedoria.	Devolução de imóveis locados, bem como adequação das áreas para proporcionar melhores condições de trabalho.
Obra de reforço estrutural no Fórum de Baixo Guandu.	Reforço estrutural da fundação.
Obra de acessibilidade no galpão do almoxarifado e estacionamento do setor de Transportes.	Atender exigências da PMV para regularização do imóvel.
Contratação de serviços de impermeabilização para caixas d'água e cisternas do Tribunal de Justiça, Fórum de Vitória, Corregedoria e Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituição das impermeabilizações existentes, tendo em vista que as mesmas estão comprometidas.
Contratação do projeto de reforço do muro na lateral do Fórum de São Mateus.	Reparar trinca estrutural no muro.
Manutenção do sistema de combate a incêndio das edificações do Poder Judiciário.	Conseguir a regularização de diversas edificações junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do alvará.
Contratação de projetos para drenagem da área externa da garagem, para instalação de SPDA (Sistema contra descargas Atmosféricas) e estrutural para rampa a ser construída para promover a acessibilidade na entrada do Tribunal de Justiça.	Executar obras no prédio do Tribunal de Justiça para iniciar a regularização dos itens necessários para a obtenção da licença do corpo de bombeiros e para adequação à Norma de Acessibilidade.
Reforma da cobertura dos fossos do TJES.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Reforma da cobertura central do Fórum de Venda Nova do Imigrante.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Reforma da cobertura central do Fórum de Baixo Guandu.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Manutenção nas juntas de dilatação do Fórum de Vila Velha – Boa Vista	Reestabelecer as propriedades das juntas de dilatação que estão danificadas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Obra para construção da Sala de Depoimento Especial do Fórum de Linhares.	Atendimento da demanda de necessidade de criação de sala especializada para depoimento especial na Comarca.
Reparo na escada metálica do Fórum de Cariacica.	Recuperação da estrutura metálica da escada que se encontra em estado avançado de corrosão.
Pintura da fachada do Fórum de Vila Velha.	Manutenção do imóvel.
Contratação de modernização dos 3 elevadores do prédio do Tribunal de Justiça.	Modernização dos elevadores do Fórum de Vitória.
Manutenção de portões automatizados em diversas edificações do Estado.	Manutenção de portões com defeito.

Foram desenvolvidos diversos laudos de avaliação e atualização de normas de procedimentos. São eles:

LAUDOS DE AVALIAÇÃO	
NOME DA ATIVIDADE	FINALIDADE
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga um depósito do Fórum de Fundão.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o Fórum de Anchieta.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Barra de São Francisco.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Cariacica – SICOOB.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Vila Velha – SICOOB.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Vila Velha – Prainha – Banestes.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Vila Velha – Prainha – Banco do Brasil.
Laudo de avaliação.	Contrato de cessão de uso de imóvel para funcionamento de posto de atendimento bancário no Fórum de Cariacica.
Laudo de avaliação.	Reequilíbrio financeiro da concessão onerosa de uso para cantina no Fórum de Linhares
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga uma vara de juizado especial cível do Fórum de Vitória – 14º andar de um Edifício comercial.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga uma vara de juizado especial cível do Fórum de Vitória – 17º andar de um Edifício comercial.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para cantina no Fórum de Vila Velha – Boa Vista.



6.7 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do art. 91 da Resolução TJ/ES nº 075/2011.

Integram a Secretaria de Gestão de Pessoas: a Coordenadoria de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde e suas Seções respectivas.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas.	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Análise, Preparação e Conferência de Dados.• Seção de Processamento de Folha de Pagamento.
	Coordenadoria de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Estágio Probatório e Movimento de Servidor.• Seção de Legislação e Benefícios.• Seção de Registro Funcional de Servidor.• Seção de Registro Funcional de Magistrado.• Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio.
	Coordenadoria de Serviços Psicossociais	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Saúde.• Seção de Serviços Psicossociais.

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem como princípio básico realizar uma boa gestão dos elementos que compõem a organização.

Ações são desenvolvidas com o objetivo de colaborar para o crescimento da instituição e do próprio profissional, visando uma evolução contínua, onde todos contribuem para um ambiente de eficiência e eficácia.

Nesse sentido se tem buscado ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes para com os nossos colaboradores, promovendo meios para motivá-los.



As pressões do mundo do trabalho e os avanços científicos e tecnológicos aumentaram as demandas de relações interpessoais saudáveis e colaborativas, pautando-se em equipes com grande diversidade humana.

Manter uma força de trabalho competente e entusiasmada é o maior desafio.

Exercer a gestão de forma a compreender que nossos colaboradores são seres humanos acompanhados de um conteúdo, uma bagagem própria, uma história de vida, com conhecimentos e competências é indispensável para o sucesso da organização.

A Secretaria de Gestão de Pessoas procura aplicar modelos de gestão adequados às oportunidades e desafios.

As Coordenadorias, como unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas tiveram importante papel na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos realizados pela área.

Os exercícios de 2020 e 2021 foram de grandes desafios e mudanças na área de gestão de pessoas, frente a pandemia do novo coronavírus – COVID 19.

De uma hora para outra nos vimos forçados a adotar o home office, estabelecer novos processos, novas formas de trabalho e adequar rotinas.

Em meio a tantas adaptações e incertezas, vivenciadas pela crise provocada pela pandemia da COVID-19, que desencadeou em medidas de isolamento social para evitar o avanço da doença, foi necessário à área de gestão de pessoas além de manter os colaboradores motivados e os processos correndo na normalidade possível, o desenvolvimento de mecanismos para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores.

A área de gestão de pessoas foi bastante impactada pelas mudanças e aceleração da transformação digital.

Por mais que algumas pessoas enfatizem a economia da pandemia, as grandes mudanças foram humanas. Assim, as reflexões tiveram impacto principalmente na gestão de recursos humanos, traduzido como um conjunto de processos, procedimentos e métodos, refletidos ou improvisados, que toda organização aplicou invariavelmente aos seus colaboradores.

6.7.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

A Secretaria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, unidade administrativa responsável pela análise, preparação e conferência de dados que possuem repercussão financeira para servidores, magistrados, juízes leigos, estagiários e PM'S e a Coordenadoria de Recursos Humanos, definiu como prioridade para o ano de 2021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

a conclusão da fase 1 do projeto que trata da implantação do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Refere-se a demanda já existente e de grande necessidade para a área, uma vez que ainda são utilizados sistemas distintos para a gestão de recursos humanos e folha de pagamento. Cada um com plataforma tecnológica diferente tanto com relação ao banco de dados quanto à linguagem de programação.

No ano de 2019 foi firmada parceria com a Prodest e a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos para estender a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES ao Poder Judiciário.

O projeto está sendo executado em 3 fases:

Fase 1 – Implantação da Folha de Pagamento de forma centralizada

Fase 2 – Recuperação de dados históricos de servidores e descentralização das rotinas de alimentação do SIARHES

Fase 3 – Informatização e automação de processos para gestão de pessoal

A partir de janeiro de 2021 a folha de pagamento passou a ser confeccionada exclusivamente pelo SIARHES, finalizando assim a fase 1 do projeto, no entanto com algumas pendências a serem sanadas pelas partes do convênio.

Ainda no exercício de 2021 deu-se início a fase 2 do projeto que trata da recuperação de dados históricos de servidores e descentralização das rotinas de alimentação do SIARHES.

Como já mencionado acima o ano de 2021 foi um tanto desafiador, não sendo diferente do que representou o ano de 2020 para o Mundo, o que, para a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde significou continuar adotando planos de trabalhos que adequassem a necessidade de medidas de prevenção ao contágio, entre elas, o isolamento social para conter a propagação da pandemia do novo coronavírus e os atendimentos aos servidores que eram acompanhados.

Desta feita, aprimoramos as adaptações que já vinham sendo realizadas a fim de que os atendimentos psicossociais fossem mantidos de forma remota (videochamada ou atendimento telefônico/Siga-me), dando continuidade aos atendimentos em andamento, bem como acolhendo os diversos novos casos que continuaram surgindo diante o cenário enfrentado.

O formato online do projeto Roda de Conversa foi mantido com êxito, tendo sido realizados 04 (quatro) encontros por videoconferência. Este projeto tem como objetivo disponibilizar espaços de diálogo nos quais os servidores trocam experiências, informações e refletem



acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho.

A equipe da Coordenadoria seguiu com foco na elaboração de matérias informativas e educativas contendo orientações, reflexões e atualizações sobre a COVID-19 a fim de contribuir para a conscientização dos riscos e medidas de higiene necessárias para evitar o contágio da doença. As matérias foram encaminhadas para os e-mails dos magistrados, servidores e estagiários, publicadas em link próprio da Coordenadoria e no site do TJES.

A Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde trabalhou também na atualização constante e em tempo, baseada nas legislações e orientações federais e estaduais, do Guia Prático da COVID-19 no ambiente de trabalho, disponibilizado no site do PJES, com o objetivo de orientar os magistrados, servidores e estagiários quanto às condutas necessárias em relação à confirmação de casos positivos e de casos suspeitos do novo coronavírus no ambiente de trabalho. Além disso, objetivando realizar o Monitoramento de Casos da COVID-19 no PJES, a CSPA disponibilizou um link para monitoramento de casos para acompanhamento e elaboração de relatórios.

Ainda na seara da pandemia da COVID-19, a equipe da CSPA criou o projeto “Síndrome Pós-Covid”, com o objetivo de conhecer, acolher, informar e orientar os trabalhadores do judiciário com sintomas crônicos advindos pós-infecção pelo SARS-CoV-2, de forma a favorecer a recuperação da saúde de forma mais adequada e rápida, visto a cronicidade e geração de incapacidade desta síndrome. Foram realizadas as seguintes ações: monitoramento de casos institucionais de trabalhadores acometidos por COVID-19 por meio do formulário online e da plataforma de processos eletrônicos administrativos Sei; envio de emails informativos a respeito da “Síndrome Pós-Covid” para sensibilizar os trabalhadores sobre o diagnóstico e a importância do cuidado especializado em saúde, bem como atrair interessados a participarem das demais ações do projeto; acompanhamentos individuais multiprofissionais (enfermagem, psicologia e serviço social) onlines e presenciais (entre os meses de agosto a novembro de 2021, 11 servidores foram acompanhados pela equipe técnica da CSPA); realização de live/videoconferência com especialistas da saúde (médico clínico geral, neuropsicóloga e fisioterapeuta) com o tema “Síndrome pós-Covid-19? Entenda os sintomas da doença” com a participação de 12 servidores e 1 magistrado.

O Programa de Acompanhamento ao Trabalhador (PAT) e o Programa de Preparação para a Aposentadoria seguiram suspensos por conta da pandemia em processo de reformulação em 2021 para readequação à nova realidade de trabalho e reinício no ano de 2022.



6.7.2 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

FORÇA DE TRABALHO DO PJES	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1. Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)	2.504
1.1. Primeira Instância	2.036
1.2. Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados no item 4)	468
2. Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)	705
2.1. Primeira Instância	452
2.2. Segunda Instância	253
3. Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)	22
3.1. Primeira Instância	13
3.2. Segunda Instância	09
4. Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)	08
4.1. Primeira Instância	03
5.2. Segunda Instância	05
TOTAL GERAL DE CARGOS OCUPADOS (1 + 2 + 3 + 4):	3.239

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
1. Ocupados (2.1 + 2.2)	705	72,76%
1. Ocupados exclusivamente por comissionados	605	81,85%
2. Ocupados por servidores efetivos	100	14,18%
2. Vagos	264	27,24%
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS (1 + 2):	969	100%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo **969 (novecentos e sessenta e nove)** cargos em comissão (considerando varas instaladas e não instaladas), dos quais **264** (duzentos e sessenta e quatro) estão vagos e **705** (setecentos e cinco) estão ocupados.

Dos **705** (setecentos e cinco) cargos comissionados ocupados, 100 (cem) são ocupados por servidores efetivos e **605** (seiscentos e cinco) são ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Do quadro acima se observa que dos 969 (novecentos e sessenta e nove) cargos comissionados existentes, apenas 705 (setecentos e cinco) estão providos, isto é 72,76% (setenta e dois vírgula setenta e seis por cento) de cargos comissionados estão ocupados (referência dezembro/21).

Considerando os cargos comissionados existentes, encontramos a seguinte distribuição: 27,24% estão vagos.

Dos cargos ocupados 14,18% são exercidos por servidores efetivos e 81,85% por servidores exclusivamente comissionados.

REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores cedidos	06
Aguardando aposentadoria	393
Afastados para trato de interesses particulares	09
Licenciados para mandado classista	05

AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância	5
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância	54

MAGISTRADOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Desembargadores	30
Juizes de Direito	267
Juizes Substitutos	17



ESTAGIÁRIOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Estagiários de graduação	1737
Estagiários de pós- graduação	209

MAGISTRADOS E SERVIDORES INATIVOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Inativos	126
Servidores Inativos	958

* considera-se servidor e magistrado inativo aquele afastado aguardando a publicação da portaria de aposentadoria pelo órgão de Previdência, bem como o efetivamente aposentado pelo IPAJM com aposentadoria registrada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Ressalte-se que os dados acima descritos foram extraídos no dia 28/01/2022, com data de corte 31/12/2021.

6.8 SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbem das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, dentre elas:

- Organização, direção e controle das funções financeiras;
- A administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade;
- Controle de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário;
- Assegurar a efetividade do controle dos fatos contábeis do Tribunal.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Coordenadoria de Contabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Escrituração, Análise Contábil e Análise Patrimonial;• Seção de Tomadas e Prestação de Contas.



	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Empenho e Escrituração da Despesa;• Seção de Tesouraria;• Seção de Controle de Contratos e Convênios.
--	---	--

PROJETOS:

Início dos estudos para contratação de licenças de uso de software, para Gestão das Contratações e Convênios dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES, bem como o controle da sua execução, incluindo treinamento, atualizações e suporte.

6.8.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2021:

- Início da elaboração de Normas de Procedimentos de acordo com o novo fluxo de documentos após implantação do SEI;
- Elaboração de relatórios para alimentar o Portal Transparência (Contratos pagos, Dispensas e Inexigibilidades e Diárias Pagas);
- Estudos visando à implantação do EFD-Reinf;
- Estudos e reuniões visando à implantação do CidadES – Contratação do TCEES;
- Publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira no Portal Transparência conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- Orientação às áreas administrativas visando à preparação de relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira e à gestão patrimonial do Tribunal;
- Elaboração trimestral do relatório gerencial Foco em Resultado ao Secretário Geral visando subsidiar decisões relativas à utilização de recursos financeiros previstos e à disponibilidade de caixa;
- Acompanhamento da disponibilidade financeira com a consequente programação de desembolso;
- Elaboração dos relatórios anuais da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sua publicação;
- Controle dos contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal;
- Elaboração de cálculo do montante financeiro a ser mensalmente repassados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo;
- Validação de documentos assinados digitalmente, em virtude de impossibilidade atual de assinatura de pessoas externas diretamente no SEI;
- Estudo das retenções tributárias a serem efetuadas nos pagamentos do PJES, para auxílio aos gestores dos contratos, bem como, elaboração de pareceres para o devido enquadramento tributário, com auxílio da ferramenta contratada;
- Alteração dos procedimentos de contabilização das folhas de pagamento (Servidores e Magistrados) e sua divisão em Regime Próprio e Regime Geral;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Levantamento e orientação aos gestores de contrato quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange aos Restos a Pagar;
- Levantamento de legislação relativa ao ISS junto ao Executivo Municipal;
- Auxílio no levantamento de informações ante a alteração do sistema operacional da Folha de Pagamento;
- Levantamento dos processos de multa em aberto;
- Confeccção de Reservas, Empenhos, Liquidações, Ordens Bancárias, Cálculos de Reajustes, Repactuação, Análise de processos de pagamento, etc...;
- Orientação aos gestores de contrato;
- Elaboração de Notas Técnicas Internas detalhando os procedimentos afetos a essa unidade;
- Elaboração e Publicação diária das receitas orçamentárias de todas as Unidades Gestoras do PJES;
- Recolhimento e registro contábil das receitas da Dívida Ativa e Leilões;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com cartão alimentação;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com Suprimento de Fundos;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas e receitas com Penas Pecuniárias;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes aos repasses e retenções previdenciárias efetuadas nas folhas de pagamento de Servidores e Magistrados;
- Adequação e redução do valor da proposta orçamentária e das concessões às reais necessidades das unidades do Poder Judiciário, efetivando-se a integração entre o planejamento das unidades e o orçamento do Poder Judiciário;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;
- Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela utilização do Cartão alimentação para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela aplicação da verba destinada a Suprimento de Fundos para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento junto às Comarcas/Secretarias para as solicitações e prestações de contas do suprimento de fundos e cartão alimentação através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Acompanhamento e o controle da arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais;
- Orientação e acompanhamento junto aos advogados e partes interessadas para as solicitações de restituições de valores pagos indevidamente;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e envio da Prestação de Contas Anual;
- Elaboração e envio das Prestações de Contas Mensais das Unidades Gestoras do Poder Judiciário do Espírito Santo;
- Elaboração e envio mensal das informações das “Despesas de Exercícios Anteriores” (DEA) e das “Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente”, relativas ao período de 12 meses, para fins de apuração do cálculo da despesa total com pessoal;
- Estudos visando os registros contábeis dos pagamentos de precatórios através de Alvarás Eletrônicos.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

- Análise para disponibilização do relatório das receitas em tempo real no portal transparência;
- Análise e elaboração de respostas sobre os questionamentos relativos a questões contábeis e/ou financeiras efetuados pelos órgãos de Controles Interno e Externos;
- Elaboração dos relatórios anuais de encerramento de exercício da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

6.9 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

6.9.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2021:

PJe 2G:

- Remessas RE e REsp para STJ/STF.
- Implantação do *Habeas Corpus*.
- Movimentação dos Desembargadores.
- Implantação (1ª Etapa: 15/12/2021) das classes processuais: Apelação Cível com exceção da competência Infância e Juventude, Apelação/Remessa Necessária, Remessa Necessária Cível, Conflito de Competência Cível, Exceção de Suspeição, Cumprimento de Sentença, Tutela Antecipada Antecedente, Procedimento Comum Cível, Tutela Cautelar Antecedente, Cumprimento Provisório de Sentença, Carta Precatória Cível, Petição Cível, Ação Civil de Improbidade Administrativa, Carta de Ordem Cível e Exceção de Impedimento.

PJe 1G:

- Implantação na competência "Cível" em 44 unidades judiciárias. (Cível, Falência e Recuperação Judicial, Acidentes do Trabalho, Família, Órfãos e Sucessões e Infância e Juventude - Seção Cível).
- Expansão para demais competências Cíveis (3-Acidentes de Trabalho; 1-Cível, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Registro Público e Meio Ambiente) em 4 unidades judiciárias.
- Implantação na competência "Cível" em 53 unidades judiciárias. (Fazenda Pública Estadual, Registro Público, Meio Ambiente, Juizado Especial da Fazenda Pública, Família, Órfãos e Sucessões e Infância e Juventude - Seção Cível).
- Implantação na competência "Cível" em 18 unidades judiciárias. (Órfãos e Sucessões, Infância e Juventude - Seção Cível, Acidentes de Trabalho, Auditoria Militar - matéria Cível).

CidadES CONTRATAÇÃO:

Visando atender a instrução normativa TC 43/2017, o projeto tem como objetivo enviar informações ao TCE-ES de forma estruturada, consistente e confiável referentes às licitações,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

contratos e contratações em geral, contribuindo para um maior controle dos processos e transparência. A previsão de entrega é abril/2022.

Projeto Juízo 100% digital:

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo implantou o Juízo 100% Digital, um projeto do Conselho Nacional de Justiça, em que todos os atos processuais, como audiências e sessões, são realizados exclusivamente por videoconferência, utilizando a Internet.

O projeto é um novo marco na prestação jurisdicional, uma vez que o Poder Judiciário Capixaba avança na virtualização dos processos e procedimentos, proporcionando uma justiça mais célere e redução de custos.

Aquisição de Computadores e Notebooks:

Para atualizar o parque tecnológico do PJES foram adquiridos 2.398 computadores e 400 notebooks novos, com garantia de 5 anos, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais.

Contratação de Outsourcing de Impressão:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços caracterizados como “outsourcing de impressão e de digitalização”, aumentando a disponibilidade e qualidade dos equipamentos para impressão e digitalização de documentos.

Melhorias nos links de comunicação de dados:

A revisão do modelo de prestação dos serviços de Links de Dados culminou na realização de nova contratação e assinatura de novo contrato, gerando uma economia de aproximadamente 1,02 milhões por ano, cerca de 56%. Nesta nova contratação ocorrerá não somente o aumento da velocidade de internet, mas, também, o upgrade dos links das Comarcas, ampliando em até 4 vezes a capacidade de comunicação de dados entre as unidades do PJES, passando de 4Mb para 16 Mb.

Implantação do Sistema Codex:

Início da implantação do sistema Codex, que tem duas funções principais: alimentar o DataJud de forma automatizada e transformar, em texto puro, decisões e petições, a fim de ser utilizado como insumo de modelo de Inteligência Artificial (IA).

Adequação técnica do DataJud:

Instituída pela Resolução CNJ nº 331/2020, a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud é responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos dos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal. Destacamos o 5º (quinto) lugar do TJES entre todos os tribunais estaduais em adequação técnica apontado pelo Conselho Nacional de Justiça.



Lista Unificada de Precatórios:

Foi desenvolvido um novo sistema de Lista Unificada de Precatórios para que o público externo consulte a ordem cronológica de precatórios para pagamento.

Implantação do Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios:

Foi entregue o Sistema do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP que trata das demandas repetitivas e precedentes obrigatórios, ganhando-se, assim, celeridade, isonomia e segurança jurídica no tratamento de questões com grande repercussão social, além de reduzir significativamente a quantidade de recursos que chegam às instâncias superiores.

Intimação Eletrônica no PJES:

Realizada a contratação de Telefonia Móvel, contemplando todas as unidades judiciárias, para possibilitar a Intimação Eletrônica em todo PJES.

Atualização do Assyst e ITOM:

Atualização de versão do software de gerenciamento de chamados e implantação de software de gerenciamento de ativos.

- Correção de problemas conhecidos e melhorias no Assyst;
- Início da utilização do ITOM, software para gerenciamento de todo o parque do PJES integrado ao Assyst.

Contratação de Solução Integrada de Colaboração e Comunicação Corporativa:

Melhorias nos recursos tecnológicos dos serviços de correio, armazenamento e comunicação, por meio da plataforma em nuvem Google Workspace, visando aumentar a disponibilidade, desempenho e capacidade do PJES.

Contratação de Software de Planejamento Estratégico da APOGE:

Contratação de software para Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional do PJES, estabelecido pela Resolução Nº 12/2021 de 01 de julho de 2021.

Pesquisa de Satisfação dos Usuários:

Durante o biênio 2020-2021, até o 3º trimestre de 2021, segundo o relatório de avaliação de pesquisa de satisfação da Central de Serviços, 91% dos usuários avaliaram como Bom ou Ótimo o atendimento prestado, e 87% classificaram como Bom ou Ótimo o prazo e a precisão da resolução, num universo de 94.600 chamados abertos.



ECONOMIA GERADA:

A revisão do modelo de prestação dos serviços de Telefonia Fixa e realização de nova contratação de Links de Dados, culminando na assinatura de novos contratos, ocasionaram a redução de 1,3 milhões por ano, cerca de 52% de economia em relação ao contrato de Links e de 39,5% em relação ao contrato de Telefonia Fixa. No total, haverá uma economia prevista de aproximadamente R\$ 6,5 milhões nos próximos 5 anos.

OUTRAS CONTRATAÇÕES CONCLUÍDAS:

- Contratação de Service Desk.
- Aquisição de scanners de mesa e departamental, leitores de código de barras, impressoras térmicas e no-breaks.
- Aquisição de webcam e headset.
- Contratação de serviço para emissão de certificado digital.
- Contratação de Manutenção de Central Telefônica.

6.9.2 - AÇÕES EM ANDAMENTO:

- Projeto Pitch GOV.ES.
- Projeto SIARHES – MIGRAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS FASE II.
- Projeto SIARHES – Sistemas Legados (eCrachá, Declarações de Bens, ...) - Adequações.
- Projeto SEP 14 - Sistema de anti-vírus.
- Contratação da Ferramenta de Gerenciamento de Fluxo de Trabalho.
- Contratação Ferramenta de Conciliação e Mediação NUPEMEC.
- Contratação do Suporte Novell.
- Contratação de Software tipo BI/BA –Business Intelligence & Business Analytics.
- Contratação de Manutenção de Ativos de TIC.
- Contratação de licenças de uso de software, para Gestão das Contratações e Convênios - EFD-Reinf.
- Contratação de material para diagnóstico e manutenção corretiva de equipamentos e da infraestrutura de TIC.
- Aquisição de Certificados Digitais.
- Escrituração Fiscal Digital de Retenções.
- Implantação de Service Desk.
- Implantação do Software de Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Implantação do novo Serviço de links de dados, a fim de aprimorar o serviço atualmente prestado, objetivando atender novos cenários evidenciados durante a pandemia.
- Implantação Gravação de Audiência.
- Fornecimento dos novos telefones móveis com serviço de dados para Intimação Eletrônica.
- Fornecimento dos novos modems 4G.
- Fornecimento de scanners de mesa e departamental, leitores de código de barras, impressoras térmicas e no-breaks.
- Fornecimento de webcam e headset.
- Fornecimento de notebooks e desktops.

6.9.3 - AÇÕES A SEREM REALIZADAS:

- Reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação.
- Renovação do parque tecnológico - notebooks e desktops.
- Plano de Trabalho da Entic-Jud.
- Plano de Transformação Digital.
- Plano de Contratações.
- Plano de Trabalho PDPJ.
- Plano de Capacitação 2022-2023.

7. PROCESSOS - QUANTITATIVO DE CASOS NOVOS, SENTENÇAS E BAIXAS

No exercício de 2021, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo recebeu 262.812 casos novos, o que representa um aumento de 17,96% no número de casos novos quando comparado com o exercício de 2020, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quantidade de Casos Novos

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2021/2020)
	2020	2021	2020	2021	
Conhecimento	180.144	216.019	80,85%	82,20%	19,91%
Execução	42.662	46.793	19,15%	17,80%	9,68%
Total	222.806	262.812	100,00%	100%	17,96%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJS



A quantidade de sentenças proferidas no exercício de 2021 foi de 259.660, representando um aumento 33,11% quando comparado com o exercício de 2020, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2021/2020)
	2020	2021	2020	2021	
Conhecimento	168.164	222.679	86,20%	85,8%	32,42%
Execução	26.914	36.981	13,80%	14,2%	37,40%
Total	195.078	259.660	100,00%	100,0%	33,11%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJS

No exercício de 2021, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo teve um total de 412.416 processos baixados, o que representa um aumento de 33,21% no número de processos baixados quando comparado com o exercício de 2020, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2021/2020)
	2020	2021	2020	2021	
Conhecimento	255.027	349.234	82,38%	84,68%	36,94%
Execução	54.563	63.182	17,62%	15,32%	15,80%
Total	309.590	412.416	100,00%	100,00%	33,21%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJS

8. GESTÃO DOS PRECATÓRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021

Considerando o fim do exercício de 2021, a Assessoria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

I- RELAÇÃO DOS ENTES QUE ESTÃO SUBMETIDOS AO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:



ENTES DEVEDORES	ACERVO 2022	PERCENTUAL COMPROMETIMENTO RECEITA (RCL)	VALOR ANUAL A DEPOSITADO 2022	PARCELA 2022	ACERVO 2022	MESES PARA QUITAR	PREVISÃO SAÍDA DO REGIME ESPECIAL
ALTO RIO NOVO	R\$ 2.893.515,11	3,48%	R\$ 981.892,20	R\$ 81.824,35	R\$ 2.893.515,11	36	31/11/2024
CARIACICA	R\$ 8.731.611,57	1,18%	R\$ 10.384.776,00	R\$ 865.398,00	R\$ 8.731.611,57	10	31/10/2022
GUARAPARI	R\$ 33.051.661,79	2,29%	R\$ 8.905.207,57	R\$ 742.100,63	R\$ 33.051.661,79	45	30/09/2025
MUQUI	R\$ 3.208.249,18	2,25%	R\$ 1.002.085,68	R\$ 83.507,14	R\$ 3.208.249,18	38	28/02/2025
VILA VELHA	R\$ 50.878.454,42	3,25%	R\$ 40.069.527,50	R\$ 3.339.127,29	R\$ 50.878.454,42	15	31/03/2023

OBS: Ainda neste exercício de 2021 os municípios de Baixo Guandu e Serra ingressaram no Regime Comum de pagamentos previsto no art. 100 da CF/88.

II - RELAÇÃO DOS ENTES SUBMETIDOS AO REGIME COMUM DE PAGAMENTO, CONFORME ART.100 DA CF/88, ESTÁ DISPONIBILIZADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<http://www.tjes.jus.br/precatórios/gestao/regime-juridico-dos-entes-publicos/>

OBS: Os acervos das entidades devedoras podem ser consultados através do link abaixo e no mapa de gestão que segue anexo a este relatório.

<http://www.tjes.jus.br/precatórios/consultas/listas-de-precatórios/>

III – PAGAMENTOS REALIZADOS:

A relação dos pagamentos de precatórios realizados nos exercícios de 2020/2021 pode ser consultada no endereço eletrônico da página de precatórios: <http://www.tjes.jus.br/precatórios/consultas/precatórios-liquidados-por-ente-publico/>.

Apenas para ilustrar, em 2020 a Assessoria de Precatórios realizou o pagamento de 2256 precatórios, totalizando o valor de **R\$ 219.527.738,44** (duzentos e dezenove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos) liberados aos credores.

Para 2021, foi previsto o pagamento de mais de 1000 precatórios, que totalizam o valor de **R\$ 156.254.351,00** (cento e cinquenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro reais e trezentos e cinquenta e um reais) que serão liberados aos seus beneficiários.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Dessa forma, em todo o período de 2020/2021 realizaremos aproximadamente **R\$ 375.782,089,00** (Trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e dois mil, oitenta e nove reais) liberados em pagamentos de precatórios, beneficiando mais de 3000 credores em todo o Estado do Espírito Santo.

E para 2022, está previsto o pagamento de aproximadamente **1000 precatórios**, com a liberação de mais de **R\$ 180 milhões de reais** aos seus beneficiários.

A Assessoria de Precatórios informa que vêm cumprindo rigorosamente o preceituado na legislação vigente, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados, conforme o Regime de pagamento em que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão buscou abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, permitindo à Corte de Contas Estadual e à população em geral obter informações úteis e relevantes que possibilitem a avaliação, de forma ampla, da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito deste egrégio Tribunal de Justiça.